



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA
– ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICA
NA AMÉRICA LATINA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS
NA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.**

Eduardo Gonçalves Ueda

Foz do Iguaçu
2019

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA – ESTADO,
SOCIEDADE E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS NA
CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.**

Eduardo Gonçalves Ueda

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina.

Orientadora: Prof^a Dr^a Endrica Geraldo.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Élen Cristiane Schneider.

Foz do Iguaçu
2019

EDUARDO GONÇALVES UEDA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS
NA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Endrica Geraldo
UNILA

Coorientadora: Prof^a Dr^a Élen Cristiane Schneider
UNILA

Prof^a Dr^a Ana Rita Uhle
UNILA

Mestre Valdir Sessi
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 15 de julho de 2019.

À memória de Luandra Toderó,
sempre nas minhas recordações.

AGRADECIMENTOS.

Aos srs: Adenival, David, Marcelo, Valério, e à sra. Lourdes, por terem gentilmente me recebido em suas casas para registrar suas recordações.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana pela possibilidade ímpar de estudar e me graduar em uma universidade tão especial.

À todas as pessoas que conformam o curso de Ciência Política e Sociologia.

À professora Endrica, cujas aulas, orientações e conselhos contribuíram enormemente na minha graduação.

À professora Élen, cujas lições sobre honestidade intelectual, ética em pesquisa, e compromisso com a justiça fazem parte da minha formação.

Aos membros da banca examinadora, Ana Rita Uhle e Valdir Sessi por terem aceitado o convite.

À minha mãe, Inês Cristina, meu maior exemplo de coragem, responsabilidade e amor.

Ao meu pai, Tony. À minha irmã, Pope e ao meu cunhado, Vinícius. Ao meu irmão, Barão e à minha cunhada, Marilu. Aos meus sobrinhos: Pietro, Igor e Clarisse. À minha avó Ivone, à minha obaasan Lelia, e ao meu ojiisan Ioshitomo.

Às minhas amigas e aos meus amigos.

É um grande privilégio dividir esse tempo e lugar com vocês.

“Mas eu agradeço ao tempo. O inimigo eu já conheço. Sei seu nome, sei seu rosto, residência e endereço. A voz resiste, a fala insiste: você me ouvirá! A voz resiste, a fala insiste: quem viver, verá!” (Belchior, 1987).

UEDA, Eduardo Gonçalves. **História e memória dos trabalhadores brasileiros na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.** 2019. 95 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

Este estudo busca analisar o processo de construção de uma memória dominante difundida pelos aparelhos institucionais da Itaipu Binacional. A construção dessa memória, difundida ainda hoje, remonta à escolha do projeto elaborado e ao próprio período de construção da hidrelétrica e oculta a condição de insegurança em que muitos trabalhadores se encontravam ao migrar para a cidade. Diferentes matrizes de interpretação foram produzidas tanto pelos aparelhos institucionais da Itaipu e consórcios UNICON e ITAMON, quanto pelos próprios trabalhadores, via sindicato; E disputaram pelas representações sobre os trabalhadores e a hidrelétrica durante a década de 1980. No entanto, no fim da década de 2010, a única memória organizada e difundida sobre o período da construção é aquela projetada pelos administradores de Itaipu, tornando-a dominante. O resultado desse processo é invisibilizar memórias dissidentes das pessoas que trabalharam na construção da Usina que, sem referenciais institucionais, preservam suas memórias através de “redes subterrâneas” de afetividade, isto é, preservam suas memórias entre seus familiares, amigos e vizinhos. Buscamos acessar essas “memórias subterrâneas” como forma de identificar fissuras, lacunas e contradições com a memória dominante.

Palavras-chave: ITAIPU. MEMÓRIA. TRABALHADORES.

UEDA, Eduardo Gonçalves. **Historia e memoria de los trabajadores brasileños en la construcción de la Usina Hidreloelétrica de Itaipu.** 2019. 95 p. Trabajo de Conclusion de Curso (Ciência Política e Sociologia – Estado, Sociedade e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

Este estudio busca analizar el proceso de construcción de una memoria dominante difundida por los aparatos institucionales de Itaipu Binacional. La construcción de esta memoria, difundida hasta hoy, recurre a elección del proyecto elaborado, y al propio período de construcción de la hidroeléctrica, y busca ocultar la condición de inseguridad en que muchos trabajadores vivían al migrar para la ciudad. Diferentes matrices de interpretación fueron producidas tanto por los aparatos institucionales de Itaipu y consorcios UNICON e ITAMON, cuanto por los propios trabajadores, vía sindicato, y estos actores disputaron por las representaciones sobre los trabajadores y la hidroeléctrica durante la década de 1980. Sin embargo, al fin de la década de 2010, la única memoria organizada y difundida sobre el período de la construcción es aquella difundida por los administradores de Itaipu, tornándola dominante. El resultado de ese proceso es tornar invisible las memorias disidentes de las personas que trabajaron en la construcción de la Usina que, sin referencias institucionales, preservan sus memorias por medio de “redes subterráneas” de afectividad, dicho de otra manera, preservan sus memorias entre sus familiares, amigos, vecino, etc.. Buscamos tener acceso a estas “memorias subterráneas” como forma de identificar fisuras, huecos y contradicciones con la memoria dominante.

Palabras clave: ITAIPU, MEMORIAS, TRABAJADORES.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.

Figura 1 – Espaço do Barrageiro.....	17
Figura 2 – Sala de contextualização.....	17
Figura 3 – Sala de contextualização 2.....	18
Figura 4 – Sala das artes.....	18
Figura 5 – Sala das artes 2.....	19
Figura 6 – Quarto dos barrageiros.....	19
Figura 7 – Sala de vídeo.....	20
Figura 8 – Papel Bandeja.....	21
Figura 9 – Yajhá.....	29
Figura 10 – Imagem-alerta.....	48
Figura 11 – Imagem-alerta 2.....	48
Figura 12 – Vamos parar.....	61

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO	10
1. A FARDA E O FARDO	23
1.1. A BARRAGEM PELOS NÚMEROS: CONSTRUINDO OS MARCOS HISTÓRICOS.....	24
1.2. O OUTRO LADO DA EFICIÊNCIA.....	30
1.2.1. A Cidade e a Migração: História e Memória.....	30
1.2.2. Controle e Disciplina.....	36
2. CONSTRUINDO O CONSENSO	43
2.1. OS "PRIVILÉGIOS" E O "FACÃO".....	45
2.2. A NAÇÃO E OS BARRAGEIROS.....	46
2.2.1. Da Promessa à Realidade.....	56
2.3. CLASSE TRABALHADORA, GREVES E REPRESSÃO.....	58
3. MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS	68
3.1. ENTRE-VISTAS.....	69
3.2. "MORRIA MUITA GENTE".....	74
3.3. TRABALHO REPRODUTIVO, TRABALHO NÃO-PAGO.....	77
3.4. SOCIABILIDADES ENTRE OS TRABALHADORES BRASILEIROS E PARAGUAIOS.....	80
3.5. IDENTIDADES: BARRAGEIRO E TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	82
4. CONCLUSÃO	89
5. FONTES E REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO.

Este estudo tem como foco os diferentes processos de produção das memórias e das histórias dos trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. No pico das obras, entre os anos de 1975 e 1982, chegou a envolver cerca de 40 mil trabalhadores. O período final de desmobilização dos trabalhadores foi no início da década de 1990. E a última unidade geradora de energia elétrica foi instalada em 2007. O objetivo é investigar os caminhos pelos quais uma história institucional foi construída pelos administradores da obra, assim como uma história oficial que era projetada por discursos vindos do regime militar.¹ A partir disso, este trabalho busca contrapor outras construções narrativas por parte dos próprios trabalhadores por meio de suas formas de organização ou de forma individual. Serão utilizadas fontes como discursos presidenciais, debates parlamentares, periódicos de circulação interna, assim como entrevistas com trabalhadores realizadas por outros pesquisadores e pelo próprio autor deste estudo. Em razão das fontes utilizadas e entrevistas realizadas, o foco fica nos trabalhadores brasileiros.

Este estudo tem como foco os diferentes processos de produção das memórias e das histórias dos trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O objetivo é investigar os caminhos pelos quais uma história institucional foi construída pelos administradores da obra, assim como uma história oficial que era projetada por discursos vindos do regime militar. A partir disso, este trabalho busca contrapor outras construções narrativas por parte dos próprios trabalhadores por meio de suas formas de organização ou de forma individual.

Os administradores de Itaipu sempre tiveram condições privilegiadas de desenvolver, preservar e difundir suas representações sobre a obra e depois sobre a usina. Algumas dessas representações foram prontamente problematizadas em pesquisas acadêmicas, como a associação do empreendimento ao progresso e à modernidade. Outras representações, no entanto, como a que retrata os trabalhadores de Itaipu a partir da figura dos barrageiros, foram reproduzidas por

1 Chamamos de História Institucional aquele conjunto de representações produzidas pelos aparelhos institucionais dos consórcios UNICON e ITAMON e depois continuadas pela própria Itaipu. A história institucional se relaciona diretamente com a História Oficial, entendida como aquela história projetada pelo Estado brasileiro, pois nas cláusulas contratuais dos consórcios, estes deveriam solicitar autorização prévia para a Itaipu para fazer qualquer tipo de divulgação sobre a obra (SESSI, 2015, p. 201), e o Diretor-geral da Itaipu é indicado diretamente pelo chefe de estado brasileiro.

certo tempo em pesquisas acadêmicas gerando algumas confusões e distorções no entendimento dado aos trabalhadores de Itaipu.

Essa interpretação hegemônica exerceu influência nas conclusões de Luís Eduardo Catta (1994), um dos primeiros historiadores a realizar uma análise crítica à construção de Itaipu. Em sua dissertação “O cotidiano de uma fronteira”, escrita no período final de desmobilização da força de trabalho de Itaipu, o autor busca demonstrar como o empreendimento instaurou as contradições da modernidade em uma cidade antes pacata e tranquila do interior do Brasil (CATTÁ, 1994, p.1).

Para Catta, os barrageiros podiam ser de categorias diversas e tinham diferentes formas de recrutamento e migração para Foz do Iguaçu, mas aceita o uso do termo “barrageiro” por seu caráter *sui generis*, isto é, pelo suposto caráter itinerante dos trabalhadores. Para o autor, a categoria de trabalhadores barrageiros se constitui na obra de Furnas (MG), na década de 1950, no governo JK e a partir de então deslocam-se de obra em obra permanentemente. O autor explica que os barrageiros foram recrutados para os mais diversos serviços na obra de Itaipu. De acordo com ele, existiam três formas de recrutamento: por agenciadores, que buscavam trabalhadores experientes em outras obras e arcavam com o custo da viagem; por própria conta, que era o caso dos trabalhadores que ficavam sabendo das vagas de emprego principalmente através de programas de rádio (nesse caso os trabalhadores arcavam com todos os custos e riscos do traslado); e por grupos de confiança profissional, onde os superiores montavam sua equipe com trabalhadores de sua confiança e garantiam o emprego nas obras. Havia ainda o risco de estelionatários, chamados de “gatos”, fingindo ser agenciadores pedirem um adiantamento ao trabalhador, e em seguida deixá-lo em qualquer cidade pelo caminho (CATTÁ, 1994, p. 63).

Depois de demonstrar as diversas diferenças na origem, profissão e recrutamento das pessoas que compõem a categoria dos “barrageiros”, Catta insiste no suposto caráter *sui generis* apontando inclusive para uma possível “visão de mundo barrageira”:

“De qualquer maneira, os barrageiros, enquanto trabalhadores itinerantes, constantemente arriscavam-se em busca da sobrevivência sem preocupar-se com os valores burgueses de acumulação de bens, de poupança, de frugalidade. Parece-nos que estes não carregavam consigo

uma lógica cartesiana de tempo, 'uma ótica urbana, de fábrica, de trabalho do tempo.' E sim uma lógica de tempo cíclico, vinculada à construção da obra, que o remeteria constantemente a novos projetos, a novos rumos. Nunca se fixando em parte alguma, nunca investindo naqueles lugares passageiros" (CATTÁ, 1994, p. 64).

Então, para Catta, os barrageiros eram dotados de uma conduta de vida específica. Para o autor, o processo migratório ocorrido na cidade foi composto majoritariamente de barrageiros, o que o leva a questionar o motivo desses trabalhadores terem continuado em Foz, apesar de sua característica mobilidade. De acordo com o autor, isso se deveu a três fatores: a duração da obra, (quase vinte anos); ao fato de Itaipu ser a última grande obra do período; e pela posição da cidade, localizada na Tríplice Fronteira, com possibilidades de inserção na economia local, principalmente no Paraguai. De fato, isso pode explicar a trajetória de alguns trabalhadores, mas não de todos, simplesmente porque muitos trabalhadores não correspondiam a esta figura do trabalhador itinerante especializado em barragens.

Maria de Fátima Ribeiro também adere ao uso do termo. Em sua dissertação, *Memórias do Concreto* (2002), a autora chama esses trabalhadores de "nômades modernos" (2002, p. 59). Mantendo a mesma perspectiva em sua tese "A Dança das Águas" (2006), a autora diz que "o gosto pela aventura era uma característica comum, que poderia unir os aventureiros de ontem com os contemporâneos barrageiros", no entanto, diferente dos antigos aventureiros, os barrageiros tinham de ser de ferro (2006, p. 10). A autora define o barrageiro como o trabalhador experiente na construção de barragens, que independente da categoria: obreiro, técnico ou engenheiro, "[...] chega a uma barragem quando sua construção está geralmente começando; aí permanece trabalhando em sua fase mais difícil, e, muitas vezes, quando a obra já está adiantada, desloca-se para outra que esteja iniciando" (2006, p. 159).

Mas diferente de Catta (1992) a autora compreende que a maioria dos trabalhadores não era composta de barrageiros experientes:

"O maior contingente de trabalhadores era oriundo do campo. Eram os ajudantes de serviços gerais. Homens que migraram para o oeste paranaense em busca de trabalho no campo, mas, a maioria deles acabou por tornar-se bóia-fria e encontrou em Itaipu nova possibilidade de trabalho,

incorporado aos contingentes de barrageiros que migraram de outros Estados” (RIBEIRO, 2006, p. 160).

Para a autora, os trabalhadores sem experiência em barragens aprendiam mais do que apenas aquele ofício, os recém-chegados se tornavam barrageiros com o convívio com os outros trabalhadores:

“O vínculo era estabelecido entre os que já vinham de tradição em obras de barragens e aqueles que aprendiam, aos poucos, a engenhosa tarefa. ‘Quem acostuma ser barrageiro não larga mais’. A barragem que represava o rio derrubava as barreiras entre os homens” (2006, p. 163).

Aqui, o termo barrageiro tem outra conotação, não se trata de uma categoria de análise, nem de uma categoria de trabalhadores com características em comum, mas de entender que se tornar um barrageiro pode ser um processo de aprendizagem e convívio. Manarin (2008), criticou a dissertação da Maria Ribeiro (2002), quando a autora se refere

□ infraestrutura construída pela Itaipu e empreiteiras para os seus funcionários. De acordo com Manarin, a dissertação de Maria Ribeiro incorpora alguns elementos da história institucional, realizando um julgamento de que os espaços de convivência, seja o canteiro de obras ou as vilas residenciais, promoveriam uma integração harmônica entre os trabalhadores brasileiros de diferentes regiões do país e os trabalhadores paraguaios. Assim, a experiência dos operários foi tratada como algo único, mas sem apresentar os conflitos e disputas naquele ambiente (MANARIN, 2008, p. 10).

Na dissertação de mestrado “Peões da Barragem” (2008), Odirlei Manarin problematiza pela primeira vez o uso do termo barrageiro. Para o autor, “[...] a categoria por si apenas, não dá conta de explicar os motivos da chegada para trabalhar na cidade, muito menos, definir que eram trabalhadores aventureiros, que gostavam de migrar para outras cidades e construções” (MANARIN, 2008, p. 13). Assim, sua dissertação busca estabelecer diálogos com os operários, de modo a compreender as suas motivações pessoais para a migração, e o que fica evidente em seu estudo é a pluralidade de motivações dos trabalhadores que vieram buscar emprego em Itaipu. Muitos deles, vindo do campo, encontravam em Foz do Iguaçu seu primeiro trabalho fora da lavoura. “A chegada dessas pessoas na cidade de Foz

do Iguaçu constituiu-se pelas dificuldades em conseguirem emprego, moradia e adaptação ao serviço e as expectativas iniciais fomentadas pelo salário pago na barragem” (MANARIN, 2008, p. 139).

Já na década de 2010, Valdir Sessi, em sua dissertação “O Povo do Abismo” (2015), tem um entendimento elucidador do problema. De acordo com ele:

“O termo barrageiro parece que serviu para dar uma qualificação generalizada a todos, durante e após a construção. Até mesmo àqueles que, segundo os depoimentos, vinham sem ter nunca saído do ramo da agricultura, ou seja, seus primeiros contatos com a construção civil foram no Canteiro de Obras de Itaipu. Por meio da construção e da manutenção da figura fantasmagórica do barrageiro, foi possível tirar o foco do regime opressivo operado durante a construção” (SESSI, 2015, p. 36).

O autor aborda a questão da origem dos trabalhadores de Itaipu em duas categorias: agenciados e não-agenciados. Os primeiros contavam com o suporte de agenciadores das empreiteiras na viagem até Foz e tinham alojamento até efetivar a contratação. Já o segundo grupo vinha com seus próprios recursos em busca de emprego. De acordo com Sessi, um trabalhador com experiência na área de construção civil, “[...] não teria dificuldades para ser agenciado. Por outro lado, havia os que chegavam das diversas regiões onde houve o declínio das lavouras por diversos fatores. Para esses, a situação era mais precária” (2015, p. 36). Essa categorização permite uma análise mais precisa da trajetória dos trabalhadores do que a utilização do termo “barrageiro”, que no fundo oculta a condição de insegurança e vulnerabilidade a que estas pessoas estavam expostas.

Houve um acúmulo nas pesquisas sobre os trabalhadores de Itaipu ao longo das últimas duas décadas, que levou, gradativamente a uma abordagem mais precisa desses trabalhadores, enfatizando a diversidade na origem dos operários como contraponto ao arquétipo generalizante “barrageiro”, que além de atribuir uma falsa origem comum, ainda situa do engenheiro ao ex-camponês, servente de obra, em uma mesma categoria.

A representação dos trabalhadores feita pelos meios de difusão da Itaipu e empreiteiras serviu como forma de ocultamento das contradições existentes naquele momento histórico e exerceram influência nas produções acadêmicas sobre o tema,

o que demonstra a força das representações institucionais da Itaipu no imaginário social da região.

Decorridos já quase trinta anos após a conclusão da obra, em 2019, a Itaipu continua a difundir aquelas representações, agora sob a forma memorialista, mas mantendo o mesmo viés de interpretação: o da administração. A empresa atuou para difundir suas representações do período da construção no imaginário coletivo, realizando um processo complexo de seleção de memórias. O resultado dessa memória institucional ser difundida sem contrapontos é acabar se tornando dominante.

A memória é um fenômeno individual e social. Individual porque as experiências lembradas só podem ser lembradas por indivíduos, no entanto, como explicou Halbwachs (1990, p. 27-33), o que as pessoas lembram faz sempre referência à sua posição nas relações sociais do passado. A memória só pode ser evocada se o indivíduo ainda mantém vínculos afetivos com o grupo, ou como diz o autor, na comunidade afetiva. Ou seja, as recordações individuais estão sempre localizadas dentro de uma matriz grupal. A memória é sempre parcial, tanto a memória individual quanto a coletiva é fruto de um processo de seleção de recordações. Num contexto individual, tanto o que é lembrado como o que é esquecido está associados à capacidade do indivíduo de retomar os modos de pensamento e a experiência do grupo que fez parte, o que está diretamente ligado ao afeto que o indivíduo guarda com o grupo; num contexto de memória coletiva o que é lembrado e o que é esquecido implica em um processo organizado de escolha de memórias que devem compor a memória coletiva.

Seguindo essa trilha deixada por Halbwachs, este trabalho pretende demonstrar como a Itaipu buscou utilizar as lembranças dos trabalhadores, circunscritos em comunidades afetivas, para se inserir também como uma referência afetiva, utilizando-se da representação de uma suposta harmonia entre os trabalhadores com as empreiteiras e com a Itaipu. As ações da hidrelétrica caminharam no sentido de organizar as diversas recordações dos ex-operários para consolidar uma memória que englobasse todos trabalhadores, constituindo uma memória coletiva. Mas, segundo Pollak (1989), Halbwachs não entendia essa memória coletiva como uma imposição ou uma violência simbólica. Pelo contrário, o autor ressalta que a

Nação, memória coletiva por excelência, reforça a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Assim, Pollak passa a estudar a memória não enquanto um fato social, método de Halbwachs, discípulo de Durkheim, mas sim o processo de construção desse fato social: “[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 2). Ao aplicar essa abordagem à memória que é difundida pelos canais de Itaipu, que se pretende coletiva, notamos que o processo de constituição e formalização dessa memória institucional segue parâmetros semelhantes àqueles que guiavam os periódicos de circulação interna.

A história institucional operou em um processo complexo no imaginário sobre os trabalhadores, formando uma matriz de interpretação da história de Itaipu desde o período da construção. A seleção do que era importante ser retratado nos jornais foi um primeiro processo de enquadramento da memória, pois, a partir dele o olhar retrospectivo atual sobre a construção de Itaipu tem como fontes históricas as próprias publicações. Conforme explica Pollak, a memória dominante “se alimenta do material fornecido pela história” (POLLAK, 1989, p. 8), no caso, o enquadramento da memória realizado pelos administradores de Itaipu se alimentava da seleção de materiais fornecidos pela história, e fornecia para a história representações enviesadas, que depois conformariam uma memória de auto-legitimação.

Entre as ações da Binacional para difundir essa memória estão a produção de livros que seguem a mesma matriz interpretativa que a administração. O livro “Itaipu: a Luz”, amplamente problematizado por Manarin, é um exemplo. Mas existem outras publicações patrocinadas pela Binacional que carregam essa mesma leitura dos acontecimentos.

Também houve ações para além das margens dos livros, como a criação do “Espaço do Barrageiro” e um restaurante temático sobre os “barrageiros”.

O “Espaço do Barrageiro” apresenta uma exposição autoguiada em quatro salas:



Figura 1: “Espaço do Barrageiro”. Foto cedida por Bia Varanis.

Sendo a primeira, uma sala de contextualização com algumas revistas da época da construção de Itaipu e com uma TV passando um vídeo de três minutos que apresenta os marcos da história oficial e recordes escolhidos pela equipe diretiva:



Figura 2: “Sala de contextualização”. Foto cedida por Bia Varanis.



Figura 3: “Sala de contextualização 2”. Foto cedida por Bia Varanis.

A segunda sala é a “sala das artes”, uma sala com a reprodução de um grafite realizado por um trabalhador em seu então alojamento, algumas fotografias e poemas feitos por trabalhadores:



Figura 4: “Sala das artes”. Foto cedida por Bia Varanis.

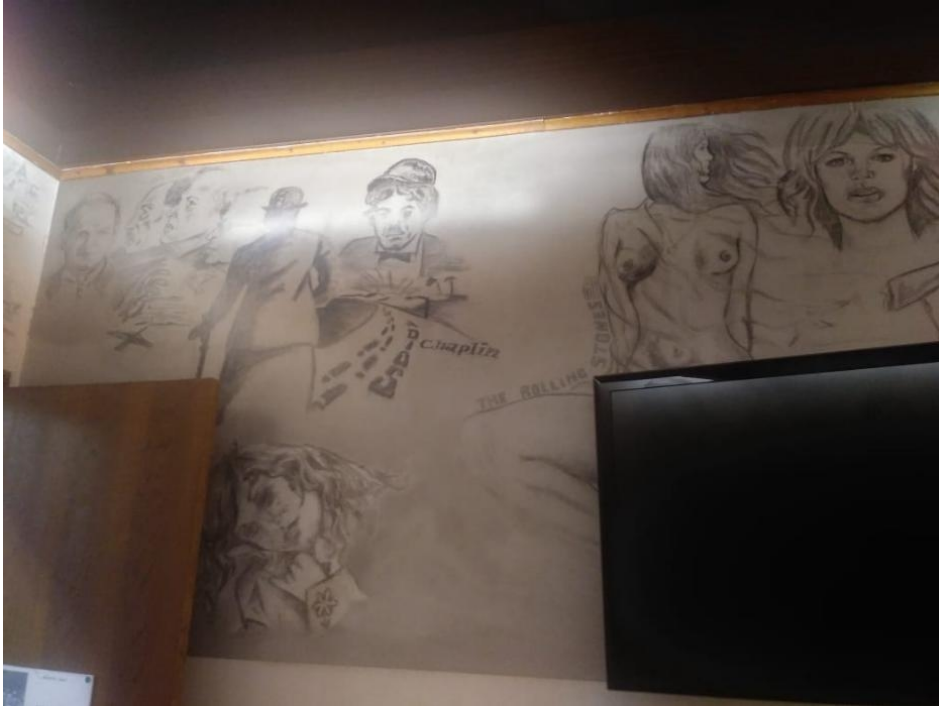


Figura 5: “Sala das artes 2”. Foto cedida por Bia Varanis.

Depois, vem uma “réplica” do quarto do alojamento dos trabalhadores:



Figura 6: “Quarto dos barrageiros”. Foto cedida por Bia Varanis.

E por fim, uma última sala onde se projetam entrevistas de alguns trabalhadores realizadas pela equipe do espaço. As entrevistas são gravadas com alta qualidade e tem duração de cerca de 40 minutos cada uma, mas se projetam apenas alguns trechos.

Pois, essas entrevistas, memórias individuais, passam por um processo de enquadramento para se adequarem à memória institucional. As memórias são selecionadas, organizadas, cortadas, até entrarem no ritmo:




Figura 7: “Sala de vídeo”. Foto cedida por Bia Varanis.

O restaurante Barrageiro, também dentro do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI), com a temática “barrageiros”, assim como as demais ações, reproduz a memória dominante e homogeniza todos os trabalhadores. Na imagem a seguir, vemos uma foto do papel bandeja do restaurante, onde temos do lado esquerdo um estereótipo do vocabulário dos trabalhadores, e do outro uma breve descrição dos “barrageiros”, integrados aos marcos da gestão alimentar:

**RESTAURANTE DOS
BARRAGEIROS**

**Dicionário
Barrageirês**

AZEITONA: bala de revólver
BALLARINA: gelatina
BANDAS/BANDECO: refeições servidas em bandeja
BOLÃO: refeição
BOI DE BICO: frango
BOLINHO DE BOCA: copo
BRITA: carne moída
CABEÇA DE NEGRO: repolho
CAI DURO: refeição
FUÇANTE: porco
GRANADA: almôndega
GRUDE: comida, refeição
JABÁ DE TOMBO: chuchu
JATOBÁ: pão
LEITOA DE RAMA: abóbora
MACARRÃO: fio de telefone
MÊ: bebida alcoólica
MOTOR DE ARRANQUE: mandioca
PALETÓ DE MALANDRO: jabá, carne seca
PEDAÇO DE SKILAB: coxa de frango
RELÓGIO DE PULSO/ZOIÃO: ovo frito
SOLADO DE COTURNO: bife
SONRISAL: marmitex, marmita térmica para servir refeições
TONICO E TINOCO: arroz e feijão



Quem foram eles

De 1975 a 1984, nas barrancas do Rio Paraná, uma nova história era dia-a-dia construída: pelas mãos de bravos homens que vieram de todas as partes do Brasil e do Paraguai, intitulados BARRAGEIROS, aos poucos nascia a maior hidrelétrica do mundo. Bem aqui, onde você está, funcionava o refeitório dos Barrageiros. No auge da construção da Itaipu, foram servidas 27 toneladas de refeições em um único dia. Mais de 30 mil Barrageiros recarregavam suas forças para colocarem de pé esse monumento da engenharia moderna.

SEJA BEM-VINDO AO RESTAURANTE DOS BARRAGEIROS! NOSSA ENERGIA É PARA SERVIR VOCÊ!

Telefone: (45) 3576-7212
restaurantedosebarrageiros.com.br

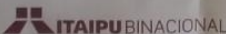
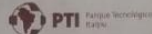
 

Figura 8: “Papel Bandeja”. Foto cedida por Élen C. Schneider.

E por último, evidenciamos a utilização pela Itaipu de ex-trabalhadores, para acompanhar turistas em passeios pela Usina contanto “causos de barrageiros”. Em alguns eventos da Binacional, como jantares festivos no Restaurante dos Barrageiros, os contadores de história são convocados para narrar histórias da obra para entretenimento do público.

A continuidade da História Oficial ao longo do tempo e sua institucionalização pela Itaipu tem como resultado a hegemonia das memórias sobre os trabalhadores de Itaipu, com a possibilidade de preservar e difundir essa memória entre a comunidade interna do PTI e aos turistas que vão conhecer a usina.

A falta de outras referências capazes de evocar memórias que se contrapõem com a memória dominante, reforça a posição privilegiada dessa memória e colocam os trabalhadores em uma situação em que todas as recordações que não se encaixam na memória dominante só podem ser encontradas em seus grupos de convívio: familiares, amigos, vizinhança, a rua ou o bairro, que compartilharam a

experiência de vida e trabalho no período da construção da hidrelétrica, são essas comunidades afetivas que guardam memórias dissidentes da construção.

Deste modo, o capítulo um, tem como foco a construção da História Oficial da hidrelétrica, a partir das representações que associavam o projeto Itaipu a um projeto de desenvolvimento nacional, e a sua confluência com a História Institucional, que buscava representar o canteiro de obras enquanto um ambiente harmônico e eficiente. E o que essa representação oculta, isto é, a engenharia social realizada pela administração da obra que mobilizou uma massiva migração para a cidade, causando sérios problemas de habitação urbana para a população mais pobre, e a condição de insegurança que os trabalhadores contratados vivenciavam.

No segundo capítulo discutiremos como a Itaipu operou em um processo complexo no imaginário sobre os trabalhadores, formando uma matriz de interpretação da história de Itaipu desde o período da construção ao mesmo tempo que se utilizava dessa representação para disciplinar os trabalhadores a adotarem uma conduta específica, alinhada aos interesses das empreiteiras. Também veremos que na segunda metade da década de 1980 forja-se uma nova forma de interpretação da realidade dos trabalhadores a partir do sindicato, que se contrapõe as representações institucionais e opera vinculando os trabalhadores de Foz do Iguaçu à “classe trabalhadora brasileira”.

O capítulo três tem como foco trazer as memórias dos trabalhadores de Itaipu e evidenciar sua relação com a memória dominante, demonstrando as continuidades, rupturas e ressignificações operadas pelos indivíduos.

CAPÍTULO 1.

A FARDA E O FARDO.

De acordo com o estudo de Maria Ribeiro, o Brasil tinha interesse antigo na exploração das Sete Quedas. Em 1955 foi realizado o primeiro estudo pela “São Paulo Light”, que requereu concessão para o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos saltos (Ribeiro, 2006, p. 28). Desde então, diversos projetos de hidrelétricas no Rio Paraná foram elaborados. Entre eles, destaca-se o projeto do engenheiro Marcondes Ferraz, que visava promover a produção de energia elétrica a partir dos Saltos das Sete Quedas, mantendo a hidrelétrica em território brasileiro.

Em 1963, foi criado, na Eletrobrás, o “Grupo de Trabalho das Sete Quedas”, cuja incumbência era realizar um estudo conclusivo para o aproveitamento das Sete Quedas (RIBEIRO, 2006, p. 31). Os estudos sobre a viabilidade da construção de uma hidrelétrica utilizando os Saltos logo geraram manifestações por parte do governo paraguaio, pois esta era uma área de litígio e a delimitação dos territórios não estava consolidada. Rapidamente a questão deixava de ser meramente sobre produção de energia e passava a envolver contornos políticos e diplomáticos.

O projeto de hidrelétrica que melhor resolvia o litígio de fronteiras e colocava o Paraguai sob a órbita do Brasil, era o do empreendimento binacional, que reconhecia os recursos hídricos do rio Paraná como pertencentes em condomínio aos dois países. Esta posição foi consolidada na Ata das Cataratas, documento assinado pelo embaixador do Brasil, Juracy Magalhães e o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Doutor Raúl Sapena Pastor em 1966. De acordo com o documento, o acordo reafirma a tradicional amizade entre os dois Povos irmãos, e:

“[...] proclamam a disposição de seus respectivos governos de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, em particular os *recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, do Salto Grande das Setes Quedas ou Salto de Guaíra*” (ITAIPU, 2005, p. 15-16, grifo meu).

A partir de então o projeto de Marcondes Ferraz deixou de ser uma opção para o governo brasileiro. A solução binacional, em detrimento da nacional, não foi baseada em questões técnicas, mas sim realizada como manobra geopolítica. “Somente à luz da geopolítica explica-se perfeitamente o que parece ser totalmente absurdo do

ponto de vista técnico, econômico, diplomático ou humano” (SCHILLING, 1991, p. 23-25, *apud* RIBEIRO, 2006, p. 46). Era uma estratégia do Estado brasileiro para consolidar sua influência sobre o Paraguai, isolando a Argentina.

O projeto de aproveitamento energético das águas do rio Paraná que saiu do papel, é aquele que manifesta a visão que a ditadura militar brasileira projetava de si: a visão de um país forte e uma potência regional. Por isso Geisel, em um discurso publicado na Folha de São Paulo, em 22/10/78, pôde afirmar que Itaipu era um “[...] projeto coerente que combinava com a imagem (que) os últimos governos brasileiros fortes fazem do Brasil – uma Nação forte, e tão poderosa que se vê no centro metropolitano de poder regional” (*apud* RIBEIRO, 2006, p. 46).

Dessa forma, podemos compreender as representações encarnadas na própria constituição do projeto Itaipu: um projeto de *desenvolvimento nacional*, e um reflexo dos governantes que guiariam este desenvolvimento, *os militares*. A hidrelétrica passa a ser retratada como expressão do desenvolvimento nacional e do regime militar. Isso fica evidente com o pronunciamento do então general Costa Cavalcanti na Assembleia Legislativa do Paraná em 1979, onde ele diz que para “romper com os grilhões do subdesenvolvimento” era preciso “lançar mão dos recursos naturais que possuímos, dos avanços tecnológicos conhecidos e da capacidade de nossa gente” (*apud* RIBEIRO, 2006, p. 127). Naquele momento, a obra representava mais do que uma hidrelétrica, pois se projetava nela o futuro da nação. Por isso, “no governo militar, a construção de obras monumentais passou a ser prioridade” (IDEM, p. 139), como se a dimensão de uma construção pudesse servir como exemplo do tipo de sociedade que se quer criar.

1.1. A BARRAGEM E OS NÚMEROS: CONSTRUINDO OS MARCOS HISTÓRICOS.

Ao nos dedicarmos ao estudo da história da obra percebemos que, tanto os governantes, quanto os administradores da obra, entendidos aqui como o corpo de militares que compunha a administração da Itaipu, representados pelo Diretor-geral, e pelos representantes dos consórcios UNICON e ITAMON, sempre tiveram uma preocupação em estabelecer seu domínio sobre as representações em torno de Itaipu. Alguns documentos, como a “Ata das Cataratas”, alguns acontecimentos,

como os recordes de lançamento de concreto, e datas, como a instalação da última unidade geradora, são utilizados como pilares de sustentação do que estamos denominando aqui como uma história institucional. Os administradores da barragem buscaram representar o avanço das etapas da construção como prova de sua eficiência. Maria Ribeiro lembra que “[...] a ‘guerra’ que se travava no canteiro de obras era, também, cronológica, uma vez que os cronogramas necessitavam ser cumpridos à risca. O tempo necessitava ser vencido a qualquer custo” (2006, p. 161). Dessa maneira, acontecimentos, datas e personagens foram selecionados para compor a história da eficiência da administração.

Seguindo à risca o calendário de obras, os presidentes do Brasil e Paraguai, Geisel e Stroessner, se reuniram em outubro de 1978 para a solenidade de explosão das ensacadeiras, para a abertura do canal de desvio do Rio Paraná. Nesta ocasião, Geisel realizou um discurso onde apresentou a eficácia que brasileiros e paraguaios tiveram no cumprimento dos prazos estabelecidos, e elogia uma suposta “[...] equidade que orientou este projeto e sua concretização e, de maneira muito especial, a vontade inquebrantável com que enfrentamos unidos todos os problemas inerentes a uma iniciativa de tal envergadura” (*apud* RIBEIRO, 2006, p. 37).

Uma narrativa oficial da construção é contada a partir desse viés. É a partir da visão dos dirigentes buscando cumprir as etapas do calendário de obras que se estrutura a memória institucional da Itaipu. Estes marcos revelam o que a administração entendia ser relevante para fazer parte da história da Itaipu. Costa Cavalcanti em entrevista concedida para Milton Travassos, em 1986, seleciona os “grandes momentos” da história de Itaipu até a sua inauguração: o desvio do rio Paraná em 1978; o fechamento das comportas do desvio; a abertura do vertedouro e o funcionamento da primeira unidade geradora em 1982 (*apud* RIBEIRO, p. 23-24). Trata-se da “[...] construção de uma história que apresenta suas fases, os desafios, as dificuldades, as conquistas dos engenheiros, o desempenho da equipe administrativa, os números e a grandiosidade da obra” (MANARIN, 2008 p. 7).

Assim, por meio destas datas oficiais e de cerimônias solenes, incorpora-se os sucessos da engenharia e da administração na construção de uma história oficial da obra. Essas cerimônias não são realizadas porque tais datas são importantes, pelo contrário, elas se tornam importantes por causa dessas cerimônias. Ao se dedicar

sobre os acontecimentos que se constituem como lugares de memória, Nora explica que somente dois tipos de acontecimentos constituem um lugar de memória, o “acontecimento fundador”: “os acontecimentos, por vezes ínfimos, apenas notados no momento, mas aos quais, em contraste, o futuro retrospectivamente conferiu a grandiosidade das origens, a solenidade das rupturas inaugurais” (1993, p. 25), e o “acontecimento espetáculo”: “os acontecimentos onde, no limite, nada acontece, mas que são imediatamente carregados de um sentido simbólico e que são eles próprios, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração antecipada” (IDEM, p. 26). Nesse sentido, os marcos estabelecidos pela administração de Itaipu incorporam um pouco dos dois tipos de acontecimentos. Tanto o aspecto do espetáculo presente nas cerimônias no ato do acontecimento, quanto pela construção do prestígio ao longo do tempo, a equipe administrativa traduziu eventos técnicos capazes de serem registrados como espetáculos como constituindo os marcos fundamentais de uma narrativa histórica de Itaipu.

A cerimônia de fechamento do canal do desvio em 1982, que logo veio a formar o lago, é um marco na história institucional de Itaipu e está inserida na narrativa da eficiência técnica já apresentada. No entanto, esta mesma data ganha outros significados para os agricultores que tiveram suas terras inundadas pelo lago. Isto é, o mesmo evento significou para estas famílias a destruição de uma parte de suas tradições e sonhos, por mais que ele tenha sido tecnicamente realizado de forma eficiente. As memórias dos agricultores atingidos por Itaipu estão permeadas pelas lutas por indenização justa de suas terras.² Em 2003, 25 anos depois das lutas, esses agricultores estabelecem um novo marco na história de Itaipu ao se reencontrem em Santa Helena/PR em um evento para lembrar a luta pela indenização justa: “LEMBRAR PARA PREVENIR – Vamos nos reencontrar! Vamos contar às novas gerações o que foi o Movimento Justiça e Terra!” (RIBEIRO, 2006, p. 58).

E os trabalhadores que ergueram a barragem de Itaipu, represando o Rio Paraná, inundando cidades e terras, que lugar eles ocupam nas interpretações

² Sobre esta questão, ver também: Guiomar Inez Germani. Memórias da luta dos atingidos por Itaipu, in: Joseli M. N. Mendonça, Jhonatan Ueverton Souza (orgs). Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 171-187).

desse acontecimento? Pretendemos argumentar aqui que a história institucional procurou atrelar a trajetória dos trabalhadores aos marcos técnicos da barragem.

Para que o cumprimento do cronograma fosse possível, era preciso que dezenas de milhares de trabalhadores mantivessem o canteiro de obras em funcionamento 24 horas por dia. Era do trabalho dessas pessoas que a barragem ia se erguendo. Portanto, a narrativa institucional, construída como uma história oficial, incorporou esses trabalhadores aos marcos técnicos da construção, apresentando-os como parte dessa história. De acordo com Manarin, a história difundida pela administração de Itaipu era:

"[...] uma história que apresenta suas fases, os desafios, as dificuldades, as conquistas dos engenheiros, o desempenho da equipe administrativa, os números e a grandiosidade da obra. Porém, os trabalhos elaborados pelos operários denominados 'peões da barragem, quase não se fazem presente, e, quando é citada aparece de forma a engrandecer a beleza da obra, homogeneizando e naturalizando os conflitos e as disputas no canteiro de obras." (MANARIN, 2008, p. 8)

Destaco dois momentos onde os trabalhadores foram integrados nessa história institucional: O primeiro, na narrativa da construção da hidrelétrica a partir da união de duas "nações irmãs", como se o trabalho e a convivência diária entre brasileiros e paraguaios estivesse determinada pela fraternidade entre os povos. O segundo, nos marcos da construção e nos recordes de produção, onde as diversas categorias de trabalhadores são homogeneizadas, as motivações de todas essas pessoas são tomadas como a mesma que a da administração: a produtividade do canteiro de obras. Em última instância, o que se procura ocultar aqui é a própria contradição presente na relação capital-trabalho.

A "Ata das Cataratas" (1966) é o documento que inaugura essa narrativa de uma empreitada de "dois povos irmãos". Em 1978, o Informativo Unicon³ reproduz essa narrativa:

"O jornal pretende cobrir todos os setores em que se analisam, projetam e realizam atividades que tenham relação com o trabalho da empresa. Suas páginas retratarão, fielmente, esperanças e certezas dos diretores, chefes, encarregados, capatazes, peões, etc., porque estamos

3 O Informativo Unicon foi um periódico bilíngue (espanhol e português), com publicação quinzenal produzido pelo Consórcio UNICON e com circulação interna ao canteiro de obras. O Jornal foi publicado por cerca de dez anos, entre 1978 e 1988, e a redação era realizada por José Melquiades Ursi e Henry Lopez.

plenamente certos de que, absolutamente todos, somos indispensáveis na construção desta Usina, onde homens e máquinas, músculos e argamassa, se fortalecem ao calor de duras jornadas de garra e sacrifício, dando a exata dimensão do temperamento vigoroso de duas nações irmãs, que, no mesmo ideal, uniram seus destinos, para conjugar o verbo do trabalho e o verbo do progresso: Paraguai e Brasil.” (Jornal Informativo Unicon, nº 1, 04/02/1978, p. 2)

No final de 1999 vinte e cinco anos depois do início da construção, a Itaipu continuou a tratar a experiência da construção como uma “epopéia vivida por milhares de brasileiros e paraguaios que, nas décadas de 70 e 80, ergueram a maior hidrelétrica do mundo”, (MONTEIRO, 1999, p. 22-23, *apud* MANARIN, 2008, p. 26) Com esta mesma postura, a Assessoria de Comunicação Social da Itaipu Binacional produziu o livro “Itaipu, a luz” (MONTEIRO, 1999), apresentando uma síntese de sua história.

Quanto à integração dos trabalhadores aos marcos dos procedimentos técnicos necessários para a construção da hidrelétrica, o periódico produzido pelo consórcio buscou descrever o canteiro de obras como um espaço sem contradições, onde todos estavam dedicados a cumprir as metas da obra. Tal procedimento sugere que os trabalhadores cumpriam as metas principalmente pela convicção de que esta obra era importante para o país. Além disso, esse procedimento possibilitava ocultar os mecanismos de controle e coerção, utilizados pela empresa para manter a produtividade elevada.⁴

Na imagem abaixo, vemos uma manchete do Informativo Unicon de 4 de fevereiro de 1978, enfatizando gestos de celebração e o entusiasmo dos trabalhadores pela conclusão da etapa de escavações e concretagem. Entretanto, o término da etapa do canal do desvio iniciou o “[...] período de rotatividade por causa das demissões” (SESSI, 2015, p. 178).

4 Sobre o tema da repressão sobre os trabalhadores de Itaipu, principalmente das agências de segurança, ver: (SESSI, 2015).



Figura 9: "Yajhá" (Informativo Unicon Nº 1, 4 de fev.de 1978, p. 1).

Como vimos, o projeto Itaipu se justifica como manobra geopolítica para aumentar a influência brasileira no Paraguai e isolar a Argentina. A partir disso, a ditadura brasileira busca situar Itaipu como representante do desenvolvimento econômico nacional, possível graças ao governo militar. Em se tratando da administração da obra, realizada também por militares, havia a intenção de demarcar a ordem e a eficiência no andamento da construção, assim como a grandeza e o caráter de espetáculo das obras de engenharia que foram necessárias. Desta forma, foram realizadas cerimônias oficiais quando encerrada uma etapa da construção que, tanto pela solenidade do evento, quanto pelo olhar retrospectivo da administração sobre esses eventos, criaram marcos associados a uma imagem de eficiência dos próprios militares. Por fim, os trabalhadores são incorporados pela história produzida pela instituição e também pelo próprio regime militar, a qual procurou ocultar as contradições entre os trabalhadores e superiores,

bem como entre brasileiros e paraguaios, naturalizando o canteiro de obras como um espaço de harmonia, onde todos buscavam cumprir as metas de produtividade.

1.2. O OUTRO LADO DA EFICIÊNCIA

Neste item, será discutido como a construção de Itaipu e a massiva migração ocorrida na cidade impactaram profundamente as relações tradicionais dos antigos moradores de Foz; os mecanismos utilizados por Itaipu para criar esse processo migratório, e as memórias da trajetória da migração de alguns trabalhadores para, em seguida, analisarmos o resultado desse processo quanto à formação de um enorme contingente de trabalhadores vivendo em bairros urbanos com condições precárias.

Os trabalhadores tinham que lidar com as pressões internas ao canteiro de obras, principalmente as arbitrariedades dos guardas de segurança, que atuavam criando situações para que os trabalhadores fossem demitidos. Somam-se a isso as demissões a cada término de etapa e o que temos é uma dinâmica de contratações e demissões própria, que coloca o trabalhador em uma delicada condição de insegurança.

1.2.1. A Cidade e a Migração: História e Memória.

A construção da barragem de Itaipu atraiu e mobilizou um enorme número de trabalhadores. De acordo com os dados do IBGE apresentados por Manarin (2008, p. 28), a cidade de Foz do Iguaçu possuía, na década de 1960, aproximadamente 28 mil habitantes. No início da década de 1970, pouco mais de 33 mil habitantes. Em 1975, com o início das obras de Itaipu, a região presenciou uma rápida expansão populacional. No início da década de 1980, a população de Foz havia saltado para mais de 130 mil habitantes, chegando nos anos 90 com mais de 190 mil. Notadamente, é a busca de empregos na obra de Itaipu que proporciona esse rápido crescimento demográfico na região.

Para atrair a força de trabalho necessária para a cidade, as empreiteiras contaram com sua capilaridade e uso de diversos métodos. Agenciadores contratavam em diversos pontos do país aqueles que tivessem experiência nas

funções exigidas para os consórcios. Em geral, procuravam trabalhadores nas construções de barragens que estavam próximas do término.

Ao mesmo tempo, anúncios nas rádios e jornais com abrangência nos setores populares informavam as ofertas de emprego, a qualificação exigida, os salários pagos, benefícios e os locais de apresentação. Foi assim que o sr. David Rezes (2019) tomou conhecimento e interesse pela obra de Itaipu. Ele recorda de como veio com seus irmãos para Foz do Iguaçu em 1979 sem nenhum apoio da Itaipu ou empreiteiras: “A gente veio em um pau-de-arara, veio de baixo de um caminhão com lona, atravessamos... na época funcionava a estrada do colono, cruzando balsa [...] Pagamos um carroto e a gente veio embora” (REZES, 2019-b, p. 3).

Além desses mecanismos mais comuns de contratação, os trabalhadores menos experientes estavam sujeitos a serem enganados por agenciadores falsos, chamados de “gatos”. De acordo com Cattá esses “gatos” cobravam um adiantamento dos trabalhadores para vinculá-los às obras, mas após receber o adiantamento, os trabalhadores eram transportados até uma cidade qualquer e eram abandonados ali (1994, p. 64).

Esse processo de migração se traduziu no encarecimento do aluguel de casas e de terrenos na região. E é assim que lembram aquelas pessoas que viviam em Foz do Iguaçu antes de Itaipu. A senhora Ernestina (2007), entrevistada por Darc de Souza, conta que: “Era difícil achar casa pra você alugar, e não se achava; tinha que pagar um absurdo, porque Itaipu pagava muito bem, encareceu muito o custo de vida” (apud SOUZA, 2009, p. 178). E o senhor Joaquim (2007): “Naquele tempo, a procura de casa pra você alugá era muito grande, não achava. Pra comprá, nem se fala; era muito grande e caro. Era muito caro um terreno, era muito caro um aluguel de casa... era difícil” (IDEM, p. 179). Desse modo, muitos trabalhadores não tinham condições de pagar um aluguel em bairros já estruturados.

Para Sessi, “[...] a migração e, posteriormente, as demissões também representavam o aumento do exército de trabalhadores da reserva, estranhos à mobilidade habitual da cidade” (2015, p.172). O exército industrial da reserva é aquela parcela da força de trabalho que excede as necessidades imediatas de

produção, são os trabalhadores desempregados, mas que poderiam trabalhar.⁵ De outro ângulo: a massiva migração para a cidade teve como efeito o aumento da competitividade no mercado de trabalho, diminuindo os salários, aumentando o custo de vida, e no caso específico de Foz do Iguaçu, desestruturando as antigas relações econômicas da cidade que garantiam a subsistência de setores populares da sociedade, como pequenos agricultores, pescadores e comerciantes de fronteira (GONZALES, 2005) (DE SOUZA, 2009).

Assim, ocorreu um processo de favelização na cidade, no qual a população que já vivia na cidade também fez parte. Darc nos mostra que “[...] para muitos agregados e meeiros que trabalhavam na zona rural, as favelas podem ter sido a única alternativa de moradia, diante da especulação imobiliária que assolava a cidade” (2009, p. 181). Aqui cruzam-se as trajetórias das pessoas que migraram de muitos lugares do Brasil com aquelas que já viviam em Foz do Iguaçu.

Os empregos na barragem não absorveram todo esse número de pessoas que migrou para Foz do Iguaçu em busca de trabalho. Essas pessoas permaneciam na cidade pois nutriam a esperança da contratação a cada nova etapa da obra, e enquanto isso buscavam qualquer trabalho na região. Esse foi o caso do sr. David:

“Aí chegamos e aí fomos batalhando, eu cheguei a trabalhar muito no particular aqui na cidade, aí já mudou minha função encarei de pedreiro. Hoje, a Santa Casa ali que eu trabalhei, hoje está há muitos anos parada já, fechada, vai ir para leilão, mas ali eu trabalhei de pedreiro. E aí a gente foi indo, até que conseguiu entrar na Unicon, uma grande obra, uma grande empresa” (REZES, 2019, p. 3)

O processo migratório desencadeado com o início das obras de Itaipu e, antes disso, com as obras de infraestrutura (pontes, rodovias e aeroportos) que estavam sendo realizadas na Tríplice Fronteira, modificaram a estrutura social da cidade de Foz do Iguaçu. De acordo com Aparecida Darc de Souza, as ofertas de emprego na cidade antes de Itaipu se conjugavam no “trabalho assalariado em olarias, madeireiras, serrarias e hotéis com atividade agrícola de subsistência” (2009, p. 179). Este cenário viria a ser drasticamente modificado com o início das obras em 1974.

5 De acordo com Marx: “[...] os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial” (2011, p. 865).

Segundo a autora, a cidade era predominantemente rural até a década de 1970. E dada a distância da cidade com a capital Curitiba, era comum o comércio de fronteira com Puerto Iguazú, na Argentina, como estratégia de sobrevivência adotada pelos moradores:

“A população local buscava, na Argentina, produtos industrializados, que não conseguia produzir na cidade nem trazer de Curitiba. A necessidade de abastecimento mobilizava parte considerável da população local, ao ponto de despertar a oferta de serviços de transportes para aqueles que iam para a Argentina” (DE SOUZA, 2009, p. 159).

O relato do senhor Carlos, entrevistado por Darc de Souza, explica que a atividade de comércio com Puerto Iguazu encontrava demanda significativa por parte de pequenos comerciantes e dos grandes hotéis. Ele parou com esta atividade por volta da década de 1970, quando o comércio de fronteira passou a ser fiscalizado: “De lá, também, começaram a perseguir, e do lado de cá, também; então, foi ficando difícil” (*apud* DE SOUZA, 2009, p. 167). A autora entende que essa fiscalização ocorreu por um motivo visível: deveu-se ao contrato realizado entre Brasil e Paraguai para a construção de Itaipu, fato que inviabilizou os planos argentinos de edificar duas usinas hidrelétricas com o Paraguai, acirrando, ainda mais, a postura defensiva que a Argentina assumira em relação ao Brasil, desde a década de 1950 (MONIZ BANDEIRA, 1995, p. 241-242, *apud* SOUZA, 2009, p. 167).

Assim, a década de 1970 representou para a classe trabalhadora de Foz do Iguaçu o começo da fiscalização de um comércio tradicional e necessário para a reprodução econômica de muitas famílias. Além disso, a migração de mais de 100 mil pessoas para Foz em um intervalo de menos de 20 anos gerou um crescimento desordenado na cidade, o encarecimento de aluguéis e o conseqüente crescimento de moradias precárias nas periferias urbanas.

Nas últimas décadas, alguns pesquisadores vem registrando memórias de pessoas que viveram esse processo de transformações na cidade. As memórias da Sra. Margarida, do Sr. Marcelo⁶ e do Sr. Ademar servirão aqui como base para esta discussão. A primeira, a Sra. Margarida, é moradora antiga da cidade, e os outros dois são migrantes. Os três viveram nas favelas do Monsenhor Guilherme e na Vila Paraguaia, às margens do Rio Paraná. Eles trazem em suas memórias outras

6 À pedido deste entrevistado, foi garantido o anonimato mediante uso de nome fictício.

representações sobre o período de início das obras em Itaipu. Se, por um lado, os administradores da empresa propagaram a eficiência com que foi mobilizada e administrada a força de trabalho necessária para a construção da hidrelétrica, por outro lado, não levaram em conta o que essas pessoas, que viveram este processo, tem a dizer.

O senhor Marcelo, quando da sua chegada de Goioerê/PR até Foz, viveu um mês na favela Monsenhor Guilherme, até construir sua casa no bairro Morumbi, região considerada periférica naquela época. Seu Marcelo, ao lembrar de quando viveu na favela do Monsenhor Guilherme, ressalta que para ele pareceu uma eternidade: “Paguei trinta dias de aluguel lá na favela Monsenhor Guilherme. Trinta dias pra mim foi uma eternidade, porque... Deus me perdoe, não querendo desfazer de quem mora em favela, mas é um problema morar em favela” (IGUASSU, 2019, p. 4). Foi o mesmo lugar em que a senhora Margarida viveu por quatro anos. De acordo com Darc (2009), antes das obras de Itaipu, ela vivia com a sua família e dez outras no Rincão São Francisco, onde trabalhavam no cultivo de hortelã e soja. “Eles produziam e pagavam 10% ao dono da terra. Mas, a partir de 1976, foram expulsos da terra, e, sem alternativas, as famílias se separaram e foram morar nas favelas da cidade.” (SOUZA, 2019, p.181). A Sra. Margarida também tem más recordações dessa experiência:

“Deus o livre! Foi difícil, muito difícil, porque você imagina aquela pessoa que nunca morou na cidade, e ir pra cidade ... que era os ranchinho, não tinha água, que na favela Monsenhor Guilherme e do cemitério, aqui de Foz, só tinha uma torneira de água; todo mundo buscava água pra beber e ainda lavar roupa e fazer tudo. Era tudo muito difícil! E aonde nós morava, tinha um poço; também tinha um poço e, nesse poço, onde as crianças pegava a água, uma água salgada, sem tratamento, sem nada... e a gente vivia ali. Foi difícil, Deus o livre!”. (apud SOUZA, 2009, p.181-182)

O sr. Ademar, também enfrentou problemas na sua chegada:

“[...] sofri aqui, dormi em cima de caminhão toldo. Cheguei aqui eu não tinha conhecimento. Tinha um cara que eu conhecia ele aqui, mas até que eu fui encontrar com ele eu posei várias noites em cima de caminhão toldo aí, não tinha dinheiro pra pagar hotel, né?” (apud MANARIN, p. 30-31).

Por ser motorista autônomo, mesmo depois de contratado pela UNICON, o Sr. Ademar não tinha direito de se alojar nos conjuntos habitacionais. Ademar narra os problemas que enfrentou:

“Fomo morá ali na vila, na Trans-Paraguaia. Ali, uma vila que tem ali na cidade pra cá do batalhão, ali um pouquinho descendo pra baixo, ali um favelão desgramado lá. Morei numa casa quatro pés, só que eu morei só em duas parede e meia e não era forrada a casa. E a água pra tomar eu tinha que levá da usina porque a água lá onde que eu morava não prestava pra tomá. Era um poço lá que a mulecada tomava banho dentro dele. Um poço de dois metro de fundura.” (apud MANARIN, 2008, p. 32).

Essas são algumas memórias sobre a formação de bairros ao redor do centro da cidade, por trabalhadores que buscavam de alguma forma ganhar a vida na fronteira. Além dos problemas relativos à moradia, as memórias das pessoas que viveram o processo de instalação do canteiro de obras em Foz do Iguaçu apontam para uma relativização da suposta criação de empregos e dinamização da economia local. É o que apresenta o sr. Carlos:

“[...] trabalhei em várias construtoras, na cidade. Aí, com o começo da Itaipu, a influência da Itaipu arruinou muito o serviço, na cidade, porque tinha muitas pessoas que vinha e não conseguia fichar⁷ e trabalhava a qualquer preço. Tinha muita gente. [...] É que a gente já estava acostumado a ganhar um preço x e, no caso, tinha que baixar o preço do serviço pra poder competir, porque as pessoas que vinham pra Foz e não conseguiam fichar, eles tinham que voltar pra cidade de origem. Então, eles trabalhavam a qualquer preço, pra poder não voltar. Esse foi o problema que surgiu.” (apud SOUZA, 2009, p. 183)

A migração massiva e a conseqüente desestruturação da vida dos antigos residentes eram parte necessária do projeto Itaipu, pois como bem explicou o Sr. Carlos, o resultado desse processo migratório foi o barateamento da força de trabalho, elemento indispensável para garantir a eficiência no canteiro de obras.

O sr. Adenival (2019) realiza, a partir de sua lembrança, uma síntese de três períodos de oferta de emprego na cidade. O primeiro período com muitas vagas de emprego: “[...] de 77 até 80 e alguma coisa, por aí assim, a gente era só ouvir rádio que sabia onde procurar serviço, principalmente na construção civil” (DUTRA,

7 “Fichar em uma obra” é uma expressão utilizada pelos trabalhadores que significa ser contratado.

2019, p. 7); O segundo período já é marcado por uma saturação no mercado de trabalho:

“[...] Veio a ter alguma dificuldade na década de 80 para cá que começou a ficar meio ruim, não é? Então, muitas pessoas que veio e já ficou por aí mesmo, a cidade começou a inchar, porque a cidade não foi bem projetada, não é? Foi um inchaço, esse foi um dos prejuízos que Itaipu trouxe para a cidade foi essa, um inchaço de gente” (DUTRA, 2019, p. 7-8).

Esse marco estabelecido pelo sr. Adenival, “na década de 80 pra cá...” coincide com o término da etapa de abertura do canal do desvio, que exigiu maior mobilização de força de trabalho; Por fim, o terceiro período é marcado pelo fim da construção, período das demissões finais: “Chegou um certo ponto depois quando foi fechada as etapas dela, que foi dispensado o pessoal, aí começou e a cidade já não tinha mais estrutura para acolher tanta gente” (DUTRA, 2019, p. 8).

1.2.2. Controle e Disciplina.

A cláusula 51 do contrato firmado entre a Unicon e a Itaipu Binacional determinava o calendário oficial da obra, estabelecendo multas para a empreiteira caso alguma das etapas da construção atrasasse, e bonificações caso a etapa fosse terminada antes do prazo. A Unicon, por sua vez, visando às bonificações, criou seu próprio calendário de obras, que era adiantado em relação ao calendário oficial da Itaipu. As metas de produção foram reorganizadas em um prazo menor do que o estipulado. Essas questões contratuais eram determinantes na “[...] organização de vida e de trabalho colocados para os operários, já que, o Consórcio buscava de várias maneiras extrair deles o máximo de sua força de trabalho, para que fosse possível atingir as metas na área de produção” (MANARIN, 2008, p. 54). Assim, o consórcio Unicon estabeleceu uma jornada de trabalho em que a produção era de 24 horas por dia, dividida em dois turnos, entre 10 e 12 horas. Os dirigentes asseguravam que os trabalhadores trabalhavam 8 horas diárias, mais 2 horas-extra, “mas se o dia tem 24 horas e cada trabalhador só trabalha 10 horas, quem fazia as outras 4, uma vez que a obra não podia parar em momento algum? Na verdade, pois, em muitos setores da construção os operários eram obrigados a trabalhar 11 ou 12 horas por dia” (MAZZAROLLO, 2003, p. 170).

Quando finalmente conseguiam um emprego na Itaipu, o trabalhador estaria submetido a um rígido esquema de segurança e inteligência (SESSI, 2015). Ao ser contratado, toda a vida pregressa do trabalhador era vasculhada para checar se o mesmo tinha histórico de atuação política. Também se faz presente dentro do canteiro de obras diversas arbitrariedades por parte dos Guardas de Segurança (GS) da Itaipu e Unicon, que colaboravam para uma dinâmica própria de contratações e demissões, muito eficiente para a obra, é verdade. Mas perturbadora para os trabalhadores.

De acordo com Sessi, a contratação só se efetivava após a passagem pelo recrutamento, onde, entre outros exames, era preenchida a ficha individual (2015, p. 16). Na primeira parte da ficha individual eram marcados dados sobre a qualificação civil do candidato, também estavam presentes dados sobre os lugares onde ele havia trabalhado e residido antes da contratação. Com essas informações, caso necessário, a Itaipu poderia encaminhá-las ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) para checagem mais profunda da vida do trabalhador (IDEM, p. 61). Tal prática tinha como finalidade identificar aqueles trabalhadores que fossem simpáticos à esquerda, ligados a movimentos populares, ou com histórico de militância e organização sindical.

Valdir Sessi distingue dois tipos de pressões a que estavam sujeitos a maioria dos trabalhadores de Itaipu: por fatores internos e externos. Os fatores internos são compostos pelas longas jornadas de trabalho e pelo controle exercido pelos guardas de segurança; os fatores externos são no geral o alcoolismo, prostituição e dívidas. A partir dessas pressões, o trabalhador estaria mais próximo da possibilidade de ocorrências como suicídios, homicídios e acidentes de trabalho (2015, p. 207). Veremos alguns exemplos desse controle exercido pelos GS como forma de ilustrar as ações das agências de segurança.

Quando um GS detinha um trabalhador por algum motivo e tinha que encaminhá-lo para outro setor, era produzido um documento chamado “recibo de pessoa” que, segundo o autor, funcionava para resguardar o GS de qualquer problema que tal prisão poderia gerar como “lesões corporais provenientes de tortura, ou, em última instância, a morte do indivíduo” (SESSI, 2015, p. 132). Valdir Sessi apresenta um caso em que um trabalhador foi detido na margem direita pelos

GS do Paraguai por supostamente se encontrar embriagado e promover desordens. Este trabalhador foi encaminhado para os GS brasileiros com um recibo de pessoa que apresentava as condições físicas do detido como “normais”. No entanto, o trabalhador relatou à Coordenadoria de Segurança ter sido agredido com cassetete pelos GS do Paraguai, que teriam atingido seu pulso direito, e ele já não conseguia movimentar a mão, (CDI 9182F 0076, *apud* SESSI, 2015, p. 142). De acordo com Sessi, a emissão de um recibo de pessoa colocava os trabalhadores em uma situação peculiar pois enquanto o recibo de pessoa estivesse vigente, as normas trabalhistas, que deveriam resguardar o operário, estariam suspensas. “Neste caso, tinha-se não um trabalhador, ‘mas um suspeito’ passivo a seguir para o mundo dos criminosos” (SESSI, 2015 p. 143).

Essa situação se torna ainda mais problemática quando o autor evidencia que a condução de um trabalhador detido à polícia “funcionava como válvula de escape para a resolução de alguns conflitos internos.” (IDEM, p. 135):

“Por exemplo, no dia 10 de abril de 1981, um trabalhador da Itamon foi conduzido à Delegacia de Polícia, e a descrição do motivo da prisão expressa que ele ‘tentou se jogar-se debaixo dos veículos que passavam na Barreira de Controle, às 00:00 hora de hoje: Motivo: Falecimento da mãe (sic)’ (CDI 9191F 0066). E quanto às condições físicas do preso descritas no recibo de pessoa na hora da entrega à Delegacia, o Guarda de Segurança afirmava que estavam ‘normais’” (SESSI, 2015 p. 135)

Ao ser encaminhado para a polícia o trabalhador seria invariavelmente demitido, pois um recibo de pessoa emitido pelas Agências de Segurança da Itaipu ou UNICON não tinha validade para a polícia, “[...] assim, o elo era rompido, e a polícia, como já explicitado, não devolveria um preso a uma empresa cuja lógica sob a ótica policial não era detentora desses protocolos” (SESSI, 2015, p. 134). Portanto, por mínimas que fossem as circunstâncias que originam o documento, ou se fosse o caso de apenas uma averiguação, “[...] o trabalhador seguia normalmente à polícia para prestar suas declarações de maneira informal, sem o recibo de pessoa, e sem ser intimado via ofício. Este fato inclusive deixava-o em condição de ausente na frente de trabalho” (IDEM).

Sessi apresenta o caso de um trabalhador levado a ter um rompante com seus superiores. Em 28 de agosto de 1980, Carlos, motorista de uma empreiteira

paraguaia, “[...] iniciou uma discussão com seus chefes, alegando que não tinha horário adequado para suas refeições, em face de estar fazendo plantões ininterruptos; segundo a ocorrência, plantões de 24 horas” (SESSI, 2014, p. 214). Os GS, em seu relatório, alegaram que o trabalhador havia faltado com respeito e sido insubordinado com seus chefes. Carlos foi preso pelos GS e encaminhado para um Posto Policial. De acordo com Sessi, essas pressões no ambiente de trabalho, que em alguns casos significava o impedimento do trabalhador de se alimentar, eram uma forma:

“[...] de obrigá-lo a uma atitude de rompante, à qual qualquer pessoa pode estar sujeita; e mediante isso, providenciar o recolhimento do mesmo para um processo de demissão, e assim a contratação de outro trabalhador, e a concorrência de um processo idêntico ao exposto” (SESSI, 2015, p. 215).

Essas ações por parte dos guardas de segurança mostram que as agências de segurança extrapolavam suas funções, exercendo controle opressivo sobre os trabalhadores. Isso também colaborava para uma dinâmica de contratações e demissões própria, na qual, de um lado havia um enorme exército industrial de reserva, pessoas que passaram a compor periferias urbanas sem infraestrutura mínima, que exerciam pressão sobre os contratados, forçando-os a se adequarem aos padrões exigidos pela Itaipu; e do outro lado, o emprego em Itaipu significava a submissão às pressões internas, jornadas de trabalho exaustivas e a sujeição às arbitrariedades dos GS, que criavam condições de estresse contínuo, que no fim das contas poderiam levar qualquer pessoa a um rompante.

Soma-se a essa dinâmica de contratações e demissões, o fato de que em cada etapa da construção era preciso uma quantidade de trabalhadores com determinadas funções. O término de uma etapa significava que as funções requeridas na próxima mudavam e, com isso, muitos trabalhadores eram demitidos. Nesse pano de fundo, estabelece-se uma relação contraditória entre os operários e os dirigentes e técnicos, já que “[...] os técnicos superiores ganhavam por produção, enquanto que os demais trabalhadores recebiam apenas o salário mensal.” (SESSI, 2015, p. 179). Ou seja, atender as metas de produção significava para os trabalhadores ficarem expostos às demissões no fim da etapa.

A exposição dos trabalhadores a uma possível demissão a cada fim de etapa somada às arbitrariedades e pressões das Agências de Segurança, fatores de turmas e agentes de serviço social, colocava os operários de Itaipu em uma condição de *insegurança estrutural*.⁸ A cada nova fase da obra, eram realizadas novas demissões e novas contratações. Aqueles que mostravam ter se adequadado ao padrão exigido talvez continuassem com o emprego, aqueles que eram vítimas de acidentes, ou se recusassem fazer hora-extra, ou apenas por exercerem funções que deixavam de ser necessárias na nova etapa que se inicia provavelmente seriam demitidos, e novos trabalhadores seriam contratados para viver nesse ambiente de pressão constante.

Desta forma, fica evidente que a eficiência que transparece no discurso oficial se sustenta pela engenharia social realizada por Itaipu e empreiteiras para manterem um rígido controle e repressão dos trabalhadores contratados. Isso perpassou a massiva migração para a cidade, e a conseqüente desestruturação das atividades econômicas tradicionais dos moradores, que também estão envolvidos pelo processo desencadeado pela construção da hidrelétrica. Assim, forma-se em Foz um mercado de trabalho competitivo, um grande exército industrial de reserva.

Depois de contratados, os trabalhadores viviam sob constante pressão no canteiro de obras, que eles suportavam por perceberem a existência de outras tantas pessoas cobiçando uma vaga na obra. Trata-se de uma condição de insegurança, pois a dinâmica de contratação e demissão, faz com que os empregos sejam como temporários, pois a cada etapa concluída haveria demissões daqueles que não se enquadram no padrão de produtividade, o que no fundo não garante

8 “Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa estrangê-los a acharem estratégias de lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de ser estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências. Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como o único ou o principal eixo da classe social. Essa formulação também nos possibilita contornar o reducionismo. O dado básico da insegurança não implica forma específica alguma de desdobramento na consciência de classe ou na política expressas pelos trabalhadores. Não implica união do operariado, em detrimento de suas rivalidades internas. Mas reforça a necessidade de olhar para os fatores contextuais que explicam como a própria carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos” (SAVAGE, 2004, p. 33-34).

estabilidade alguma ao trabalhador. Essa condição do trabalhador iguaçuense, se relaciona com o modo que este trabalhador, ou seu núcleo familiar, adotará estratégias para garantir a sua vida.

Neste capítulo vimos como desde os acordos diplomáticos que viriam a determinar a existência de Itaipu, houve, por parte do estado brasileiro, especial interesse na construção de sentidos em torno de Itaipu. Isso perpassou inclusive pela escolha de qual seria o projeto de hidrelétrica que deveria ser realizado. Sendo Itaipu o projeto vencedor, os militares, no poder desde o golpe de 1964, passaram a projetar a obra como uma representação do regime. Tratava-se, portanto, de erguer um monumento entre as duas margens do rio Paraná que encarnasse com ferragem e concreto uma representação idealizada da ditadura militar.

Através de publicações do Informativo UNICON e dos discursos dos militares diretamente ligados à Itaipu vimos o quanto a perspectiva de desenvolvimento nacional esteve presente na narrativa que foi construída por diferentes sujeitos envolvidos com a administração da construção da hidrelétrica. Com essa preocupação de dominar as representações em torno de Itaipu, a administração da obra passou a estabelecer determinados aspectos técnicos da hidrelétrica como marcos históricos associados à construção de Itaipu e ao seu impacto sobre o desenvolvimento nacional, o lugar destinado aos trabalhadores nessa história institucional foi sempre atrelado aos marcos técnicos da barragem, isto é, aos procedimentos técnicos, que eram projetados como espetáculos de enorme visibilidade, para o avanço da construção da hidrelétrica.

Essa narrativa do progresso e eficiência da ditadura militar oculta um projeto de engenharia social perverso realizado pela Itaipu e empreiteiras. Sustentamos que a pretensa eficiência dos administradores militares só é possível com o fardo imposto sobre muitas pessoas. Para começar, a construção de Itaipu é contraditória com os o modo de vida dos camponeses que teriam suas terras alagadas e com o dos indígenas que viviam próximos ao lago.⁹

9 Os indígenas foram uma população extremamente violentada no território do Iguassu, nas duas margens. De acordo com o Micael Alvino da Silva (2014), de 1800 até meados de 1930, a economia desta região era baseada no extrativismo de madeiras e cultivo de erva-mate em um sistema de exploração de indígenas, que eram chamados de “mensús”, os quais eram contratados por *obrageiros*, os donos de *obrages*, empresas responsáveis pela extração e transporte da erva-mate e madeira até Buenos Aires. Os mensús, sem a possibilidade de plantar, logo contraíam dívidas com o obrageiro e o resultado era um sistema análogo à escravidão.

Também era indispensável para a construção de Itaipu, mobilizar uma massiva migração para o extremo oeste do Paraná, fenômeno este que gerou a desestruturação das relações sociais dos antigos moradores da cidade, bem como criou uma superpopulação relativa, que acabou por deslocar as pessoas em condição mais vulnerável para os cantos da cidade, em bairros precários. O resultado dessa migração foi baratear a força de trabalho na cidade, gerando um exército de trabalhadores sem emprego fixo, o que exercia enorme pressão sobre aqueles que estavam contratados em Itaipu.

CAPÍTULO 2.

CONSTRUINDO O CONSENSO.

Como procuramos demonstrar no capítulo um, o discurso baseado na eficiência dos militares procurou ocultar a engenharia social realizada pelos administradores da obra e os processos sociais desencadeados na cidade pela construção da hidrelétrica. A condição dos trabalhadores de Itaipu estava relacionada também ao crescimento demográfico ocorrido em Foz. O grande número de imigrantes, candidatos a alguma vaga em Itaipu exercia pressão sobre os que estavam contratados. Estes, para permanecer no emprego, tinham que suportar as pressões internas, que atuavam junto com as demissões a cada etapa da obra formando uma dinâmica própria de contratações e demissões, que na prática gerava empregos temporários.

Tendo em vista as condições de moradia e trabalho na cidade, no período de construção da hidrelétrica, se manter empregado em Itaipu era visto como um privilégio, principalmente porque permitia acesso à infraestrutura realizada para os trabalhadores.

O segundo capítulo irá explorar como a administração da Itaipu buscou utilizar essa condição de insegurança dos trabalhadores para persuadi-los de que os interesses do empreendimento eram consonantes com os seus próprios. Isso se deu a partir de uma estratégia de racionalização do trabalho adotada pelos administradores da obra, baseada na adequação a um padrão de trabalhador. A empreiteira UNICON, desde o terceiro ano da construção, 1978, passou a publicar o Jornal Informativo Unicon, que incorporava os trabalhadores nos marcos da história oficial e apresentava o perfil do trabalhador valorizado. Ao lerem o jornal, estes trabalhadores seriam estimulados a se adequar a esse padrão como uma estratégia para manter o emprego.

Por meio dessa atuação conjunta entre o Informativo, que divulgava o padrão de trabalhador valorizado, o medo da demissão, que tencionava o trabalhador a se adequar a esse padrão e o controle exercido pelas agências de segurança, a administração da Itaipu atuou ostensivamente em dois processos. O primeiro é um processo relacionado com a dinâmica psicossocial do trabalhador, que buscava adequar seu comportamento àquele valorizado pela empresa, o que poderia levar a

uma identificação do trabalhador com a representação do trabalhador, no entanto a obra tinha uma lógica própria de contratações e demissões, baseada nas etapas da construção, assim, nem mesmo se adequar ao padrão exigido era garantia de estabilidade no emprego; e o segundo processo é relacionado com a criação de representações sobre a obra a partir da perspectiva empresarial, onde os trabalhadores de Itaipu encontram-se integrados aos objetivos da administração de manter a produtividade no canteiro de obras, e são todos representados pela figura do “barrageiro”.

Na segunda metade da década de 80, os periódicos empresariais mudam o discurso sobre a hidrelétrica, Manarin (2008) é quem identifica esse câmbio de sentido e argumenta que convergiram os fatos de que a hidrelétrica passou a produzir energia com a instalação das primeiras unidades geradoras; ocorria o processo de transição “lenta, gradual...” para a democracia; aumentava a demanda energética em um momento de escassez de chuvas, levando ao crescimento da apreensão quanto a uma possível crise de abastecimento de energia elétrica. Esses fatores vão influenciar a mudança na representação que vinha sendo feita de Itaipu como uma promessa para o desenvolvimento nacional pois, na segunda parte da década de 1980, os periódicos a expressam como uma realidade capaz de evitar o racionamento.

Nesse mesmo período, surge um novo ator no cenário das representações em torno de Itaipu: é formado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil de Foz do Iguaçu. A interpretação dos trabalhadores sobre a própria realidade vivida é bem diferente daquela expressa nos canais de comunicação das empreiteiras, ela faz referências a noções como a condição econômica da classe trabalhadora brasileira, ao antagonismo dos interesses de classe, ao direito de greve e às repressões do exército a estas. Essa representação foi instrumentalizada para a luta reivindicatória do operariado de Itaipu pela primeira vez em 1987, quando houve as duas primeiras greves massivas no canteiro de obras, e que foram reprimidas violentamente.

Portanto, na década de 80, em Foz do Iguaçu, forma-se uma nova matriz de interpretação sobre a realidade dos trabalhadores que fizeram parte do processo de construção da Itaipu, e que se relaciona de maneira contraditória com a versão da

história oficial, mas que, de acordo com a conjuntura, pode incorporar alguns elementos da última.

2.1. OS “PRIVILÉGIOS” E O “FACÃO”.

Se, por um lado, para uma família que migrou para Foz do Iguaçu em busca de emprego na barragem, não ser contratado em Itaipu significava enfrentar a especulação imobiliária na cidade (DE SOUZA, 2009, p. 179; CATTA, 1994, p. 21), talvez participar de uma ocupação urbana (GONZÁLES, 2005) ou pagar aluguel em algum bairro aos arredores do centro, sem infraestrutura alguma, por outro lado, estar contratado significava poder contar com toda infraestrutura realizada pela Binacional. Esta infraestrutura incluía moradias na Vila C¹⁰ para os trabalhadores casados — este bairro contava com um centro comunitário e segurança privada — e, para os solteiros, alojamento interno. Todos com água encanada e luz. Também havia auxílio-moradia para as famílias que não conseguissem vaga na vila. Além disso, a família do contratado tinha acesso ao hospital da Itaipu, e as crianças ao colégio particular construído para atender os filhos do operariado de Itaipu. Em contraste com as condições de vida nos bairros pobres formados nesse período na cidade, o contratado em Itaipu parecia ser realmente privilegiado. O acesso à infraestrutura inexistente nos bairros populares da cidade e bons salários, são os motivos do emprego na obra ter sido tão cobiçado.

De acordo com Manarin, a infraestrutura para atender os operários foi utilizada pela memória hegemônica como “marco de qualidade em se tratando de condições de trabalho” (MANARIN, 2008, p. 42). Buscava-se contrastar a infraestrutura construída pela Itaipu com a existente na cidade, o marco divisório entre as “duas cidades” era o cruzamento da BR-277 com a Av. Tancredo Neves. Contudo, o planejamento das vilas residenciais e alojamentos dos trabalhadores de Itaipu seguia critérios utilitários de produtividade, além disso, a qualidade da

10 A Itaipu criou uma estratificação baseada na categoria profissional de todos que trabalhavam na construção da hidrelétrica. As categorias iam de A à D, sendo A o nível mais alto, dos engenheiros; B dos técnicos e guardas de segurança; C operários no geral e D para os ajudantes de serviço. Foram construídas três vilas para atender esses funcionários. A Vila C foi destinada aos operários das categoria C e D. A Vila A para os profissionais de “nível B”, mas também alguns de “nível C” moravam lá. E a Vila B era destinada aos engenheiros e ocupantes dos cargos mais importantes nos consórcios e na Itaipu.

infraestrutura e vilas residenciais só tem como parâmetro comparativo aquela existente na cidade, que era quase nula.

Além de discutir a questão da desigualdade das casas e infraestrutura entre as três vilas - Vilas A, B e C - , o estudo de Manarin relativiza a narrativa de que a construção da infraestrutura para atender os operários se deu pela preocupação da hidrelétrica com os seus contratados:

“a projeção da infra-estrutura da barragem não foi cedida aos trabalhadores como benefício ou privilégio, muito menos, para caracterizar as diferenças entre os dois pólos na cidade. Mas, deve ser entendida como necessária para estabelecer níveis aceitáveis de produção e na realização das metas e prazos das obras” (MANARIN, 2008, p. 42-43).

Para Manarin (2008), a infraestrutura para os trabalhadores foi construída como forma de racionalizar a produtividade no canteiro de obras, e foi sendo melhorada a partir das insatisfações dos trabalhadores no processo de chegada e durante a construção. Ainda assim, essa infraestrutura era fator importante para os empregados de Itaipu. Ser demitido significava de uma só vez perder sua fonte de renda e, junto com isso, sua habitação, acesso ao hospital, escola, etc., o que quase sempre seria uma piora dramática na qualidade de vida das famílias trabalhadoras. Portanto, entendemos que este era um fator importante para que o trabalhador tentasse se adequar aos padrões estabelecidos para se manter no emprego.

2.2. A NAÇÃO E OS BARRAGEIROS.

Em 1978, a empreiteira Unicon criou o Informativo Unicon para estabelecer um canal de comunicação com os trabalhadores. Um jornal empresarial que, de acordo com Elza Filha, “[...] mostra para o operário-leitor, [...], uma empresa que constrói, que provê empregos, salários e benefícios; uma empresa alinhada com o desenvolvimento do Brasil

— todos aspectos muito fortes e presentes no Informativo Unicon” (FILHA, 2017, p. 5). Esse periódico reproduziu o discurso da história oficial, em um canteiro de obras representado como um ambiente harmônico, onde os trabalhadores, por supostas motivações patrióticas, construíam Itaipu.

Como explica Manarin, o Informativo “[...] tinha como característica divulgar o padrão de produtividade que as empreiteiras e a Itaipu almejavam, assim como

apresentava o perfil do trabalhador valorizado na barragem, no qual os funcionários deveriam se sujeitar” (MANARIN, 2008, p. 54). Era, portanto, um mecanismo de organização do trabalho que apresentava para os trabalhadores quais eram as “regras do jogo”.

A imagem do operário ideal para a empreiteira foi projetada ao longo das publicações do jornal, na medida em que buscava apresentar aos trabalhadores qual era a conduta esperada pela chefia. Em sua dissertação, Manarin percebe como os trabalhadores agiram no sentido de se adequar a este padrão como estratégia para a manutenção do emprego. No entanto, ao aceitar esse padrão, o funcionário trabalharia o mais duro que podia, sujeito à condição de que ele sentisse por si mesmo receber o valor justo (MANARIN, 2008, p. 55).

A administração de Itaipu buscou incorporar os trabalhadores à história da hidrelétrica, mas essa integração ocorreu pelos marcos da construção, de modo a engrandecer a imagem da hidrelétrica. No mesmo sentido, o Informativo teve o intuito de integrar os trabalhadores nos objetivos da produção, isso foi essencial desde o começo da obra. Era uma forma de gerar controle e disciplina dos trabalhadores sem o uso de coerção física, ainda que esta fosse muito presente no canteiro de obras de Itaipu. Uma forma de fazer com que o trabalhador incorpore valores que não correspondem aos seus interesses, mas aos interesses das empreiteiras e dos diretores da obra. O resultado desse processo é a criação fantasmagórica de um trabalhador destemido, comprometido e guiado pelo senso de que é o seu dever construir a usina indispensável para o desenvolvimento nacional.

Em edição do dia 18 de junho, o Informativo Unicon apresentou uma coluna da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) que divulgava o concurso “Sem Acidentes” (Informativo Unicon, n. 50, 18/06/1980, p. 7). O concurso teria início naquele dia e seria encerrado depois de um mês, mas a campanha prosseguiria ainda por alguns anos com premiações para equipes que não registrassem acidentes e com a fixação de cartazes e exibição de filmes para prevenção de acidentes. Nesse concurso, havia quatro modalidades com premiações: melhores frases e cartazes com o tema da prevenção de acidentes, melhor logotipo para a coluna “Sem Acidentes”, e um prêmio simbólico para o mais atuante nas reuniões da CIPA e para o operário mais antigo sem se acidentar.

Na edição seguinte, em julho de 1980, a coluna “Sem Acidentes” afirmava que a campanha vinha sendo um sucesso. Apresentava fotos de uma série de cartazes que foram afixados “[...] em locais estratégicos no âmbito do Canteiro, proporcionando imagem-alerta à necessidade de se preservar a segurança de todo trabalhador” (Jornal Informativo Unicon nº 51, 02/07/1980, p. 6). Vejamos algumas dessas “imagem-alertas”:



Figura 11: “Imagem-alerta”.
(InformativoUnicon nº 51, 02/07/1980, p. 6)

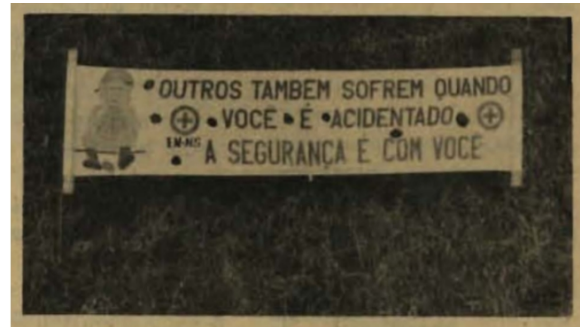


Figura 10: Figura 11: “Imagem-alerta 2”.
(Informativo Unicon nº 52, 16/07/1980, p. 6)

Ressalta-se nessas imagens que a comunicação é diretamente com o trabalhador, onde se atribui a ele a responsabilidade de evitar o acidente. Também salta aos olhos que nessas faixas a responsabilidade da administração e dos cargos diretivos não está presente, com isso a responsabilidade pelos acidentes é atribuída exclusivamente aos trabalhadores.

De acordo com Manarin, ao divulgar em seu periódico determinadas orientações para os trabalhadores evitarem acidentes de trabalho, a empresa “[...] passa a construir valores e atribuir significados sobre as causas dos incidentes, como também, definindo o perfil de funcionário que a maior barragem do mundo valorizava” (MANARIN, 2008, p. 65). Para Manarin, essa campanha foi eficiente ao ponto de um de seus entrevistados, Osvaldo, não ter buscado atendimento médico quando um prego furou o seu pé. Osvaldo só relatou o acidente quando já não aguentava a dor causada por aquela lesão sem tratamento, e nesse mês o seu setor não ganhou o prêmio da campanha: camisetas da CIPA (IDEM, p. 67). A utilização do serviço médico, que é um direito de trabalhador, era significado pela empresa como prática de um operário de baixa produtividade, e o próprio operário acabava

por significar esta ocorrência a partir do parâmetro de organização da empresa, o que podia estreitar sua subjetividade aos parâmetros da produtividade.

Algumas publicações do Informativo Unicon sobre a conclusão e abertura do canal de desvio do Rio Paraná em 1978 demonstram como ocorre a integração dos trabalhadores aos marcos da história. O Informativo Unicon nº 15, de 30 de setembro de 1978, apresenta em sua capa um texto comemorando o cumprimento da meta de construção do canal de desvio do rio antes do prazo estabelecido. “Yapopiré!!!”, palavra guarani que significa vitória, é o título do texto, e foi utilizada para representar esse término de etapa como um evento transcendental. O trecho a seguir expressa essa busca por vincular os diversos funcionários à sua identidade nacional, ocultando as diferenças e desigualdades de classe social, de cargo e função, criando um cenário fantasioso de integração harmoniosa entre dois povos irmãos:

[...] a convicção dos filhos de dois povos que, em harmônica interação de ideais e inspirados no mais autêntico patriotismo, haveriam de consagrar seus esforços, inteligências e talentos para vencer, mais unidos que nunca, os obstáculos próprios a uma ousada travessia” (Informativo Unicon nº 15, 30/09/1978, p. 1).

Já no seguinte trecho, os operários são abordados como um exemplo diário de coragem para os “homens de Itaipu”. As extensas e intensas jornadas de trabalho no canteiro de obras de Itaipu são ocultadas pelo “estoicismo indisfarçável” atribuído aos operários:

“Com semelhante predisposição, incentivada diariamente com exemplos de arrojo e coragem dos operários que se multiplicam nas diversas frentes de serviço, com estoicismo indisfarçável: que desafio poderia ser invencível aos homens de Itaipu?” (Informativo Unicon nº 15, 30/09/1978, p. 1).

O trecho a seguir finaliza o texto de capa e novamente situa o empreendimento como uma ação fraterna entre duas nações, integrando os diversos trabalhadores em suas respectivas identidades nacionais que se relacionam harmoniosamente. O trabalho e o progresso são o resultado dessa relação entre os dois povos:

“Nós que a forjamos com o suor de nossas frentes e sabemos das inúmeras dificuldades vencidas para levar a bom termo nosso propósito, devemos orgulhar-nos desta proeza que apresentamos à consideração do mundo inteiro, como o mais evidente testemunho de duas nações que se irmanaram para conjugar o verbo do trabalho e do progresso. Parabéns, operários de Itaipu. Chegamos !!!” (Informativo Unicon nº 15, 30/09/1978, p. 1).

No Informativo nº 16, edição comemorativa da abertura do canal do desvio, a capa apresenta um texto chamado “Três Minutos de Silêncio”, onde a cerimônia de abertura do canal do desvio é evocada: no dia 20 de outubro, quando o canal foi aberto, os presidentes do Brasil e Paraguai, Geisel e Stroessner apertaram juntos o botão que alertava para a explosão das ensacadeiras em 3 minutos. No texto os três minutos que antecederam a detonação dos explosivos que abririam o canal foram retratados como uma homenagem aos trabalhadores mortos durante a construção:

“Faltam três minutos apenas. Enquanto os explosivos não detonam, concentrados em homenagem póstuma, recordemos aqueles que tombaram no cumprimento do dever, envolvidos na sagrada mortalha do suor. Partiram mas, antes, imprimiram suas marcas indeléveis nas faces dos monólitos. As águas têm sensibilidade e hão de beijá-las com todo respeito” (Informativo Unicon nº 16, 1978, p. 1).

Os sentidos que o jornal atribui aos trabalhadores se apoiam nos objetivos da administração de engrandecer a imagem de Itaipu, de evidenciar a sua importância para o país. Assim, o que se expressa para o trabalhador de Itaipu é que seu compromisso não é somente com a empresa, mas com o desenvolvimento nacional. Portanto, atribui-se aos trabalhadores mortos no canteiro de obras a ideia de que são heróis que morreram cumprindo seu dever, como a honra militar dada aos mortos em guerra:

“Eles não se sacrificaram em vão. Seus familiares entenderão mesmo que doa compreender, nos braços da eternidade, tornaram-se mais lúcidos para dizer de frente erguida, com maior convicção: meus pais, minha esposa, meus filhos, meus amigos, meu povo, Itaipu far-se-á luz para ajudar a dissolver as trevas” (Informativo Unicon nº 16, 1978, p. 1).

A capa apresentava uma homenagem aos trabalhadores mortos na obra, mas relativiza essas as mortes diante da importância de Itaipu para a nação, para o desenvolvimento nacional. Fica evidente que, para o jornal, as condições

emocionais e materiais da família que perdera um ente querido são, de longe, menos importantes do que os resultados da obra, a pequenez do sentimento das pessoas diante da imensidão da necessidade da nação por progresso e desenvolvimento. E mais, o texto ainda traz de volta o fantasma do trabalhador, convencido da importância da hidrelétrica para o país, para dizer aos seus familiares que “Itaipu far-se-á luz para ajudar a dissolver as trevas”. Por fim, para o Informativo, os trabalhadores mortos em Itaipu, “[...] tornaram-se bandeiras e heróis de seus filhos aos quais condecoraram para sempre com a medalha do exemplo” (Informativo Unicon nº 16, 18/10/1978, p. 1). Assim, os trabalhadores são homenageados como heróis patrióticos, mas anônimos. Ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dos trabalhadores para a construção da hidrelétrica, atribui-se a eles um papel muito específico, atrelado aos interesses da administração de engrandecer e legitimar o projeto Itaipu.

De acordo com Daniela de Campos (2018), o “Concurso Operário Padrão” (COP) teve seu início na década de 1950 como um empreendimento exclusivo do jornal O Globo e era circunscrito ao Rio de Janeiro. Já durante a ditadura, o SESI (Serviço Social da Indústria), uma entidade patronal, alia-se a Rede Globo para tornar o concurso nacional. Trata-se de uma ação da burguesia industrial para disciplinar a força de trabalho: “desejava-se divulgar o perfil do trabalhador ideal e procurava-se, por meio de uma ação nacional, estender um padrão para todos os trabalhadores, especialmente àqueles ligados à indústria, e, dessa forma, disciplinar a mão de obra” (CAMPOS, 2018, p. 46).

No Informativo Unicon Nº 79, é apresentada uma coluna sobre Adalberto F. Pereira, segundo colocado a candidato operário-padrão daquele ano, que completava seu 51º aniversário naquele mês, dos quais, o jornal destaca, “30 anos sem um único acidente de trabalho que o obrigasse a se afastar um só dia de seu serviço” (Informativo Unicon, nº 79, 18/09/1981). O jornal apresenta a trajetória de Adalberto nas empresas que trabalhou, onde é destacada a ascensão do trabalhador, que inicia na primeira empresa em 1950 como ajudante de serviços. Em 1978, entra na Unicon como “mecânico II”. De acordo com Daniela de Campos, a perspectiva de mobilidade social era um atrativo para os trabalhadores, e a escolha de operários que corroboram com essa perspectiva reforça o mito de que “[...] se o

trabalhador seguisse os preceitos morais e, principalmente, trabalhasse com dedicação e disciplina, poderia melhorar seu nível de vida” (CAMPOS, 2018, p. 49). Fica evidente que a diretriz seguida pelo Informativo Unicon para escrever a coluna sobre o trabalhador é orientada por critérios semelhantes aos do COP.

Para Daniela de Campos, o paradigma do empresariado e da ditadura era forjar um consenso na classe trabalhadora para a consolidação da “paz social” no país. Porém, embora se valorizasse “o trabalhador nacional como o produtor de riqueza, não havia uma política econômica de fato voltada para a melhoria de vida dessas pessoas” (2018, p. 50), o que sim havia, era a perseguição de organizações da classe trabalhadora. É possível identificar esse paradigma de conciliação de classe no jornal empresarial do consórcio Unicon, quando este apresenta o sr. Adalberto:

“Homem simples, bom baiano, ele tem muito senso de gratidão e declara sua indignação quando vê alguém falar mal da empresa: ‘Até me afasto quando ouço alguém reclamar da empresa. Ora, empresa melhor do que esta não há no Brasil inteiro. Seu atendimento social é muito bom e seus salários também estão acima do que se paga em outras empresas’. E conclui conformado: ‘Mas é assim mesmo; há pessoas que merecem os benefícios que lhe são oferecidos, mas outros não merecem, talvez nem entendam a conquista de ser empregado de uma firma como a UNICON” (Informativo Unicon, nº 79, 18/09/1981, p. 2)

O sr. Adalberto diz exatamente aquilo que a Unicon espera, e que era a diretriz nacional do empresariado para o operariado industrial da época. Uma especificidade da escolha do operário-padrão para ser representante do canteiro de obras de Itaipu, é a preocupação na escolha de trabalhadores com histórico em outras barragens, o Sr. Adalberto havia tido experiência na construção da barragem de Marimbondo - MG. O mesmo ocorre com o escolhido de 1982.

Osmar Francisco Ferreira foi escolhido como operário-padrão da Unicon de 1982. A coluna dedicada a esse trabalhador na edição nº 94 apresenta sua trajetória desde a juventude no campo, em Monte Alegre – MG. O Informativo aborda a trajetória do Sr. Osmar a partir de três eixos, a sua boa relação com a família, a sua mobilidade social, e sua experiência com outras barragens.

Aos 8 anos de idade, o sr. Osmar “levantava com o pai por volta de 3 horas da manhã para ordenhar as vacas, serviço que se prolongava até 10 ou mesmo 11

horas da manhã” (Informativo Unicon nº 94, 09/10/1982, p. 4). Trabalhou no campo com sua família até os vinte anos, quando seu pai teve um derrame. Evento que o obrigou a mudar-se para a cidade, onde conseguiu emprego como ferreiro. Ao mudar-se para a cidade, o Sr. Osmar também consertava máquinas durante a noite, e de acordo com o jornal:

“Como não havia luz elétrica em sua casinha, era ajudado por Maria Aparecida, sua esposa, com quem se casara recentemente. Ela segurava o lampião para que o marido pudesse assentar as peças dos seus consertos. A experiência obtida nestas noites de muito trabalho seria decisiva para seu futuro profissional e para o bem de sua família” (Informativo Unicon nº 94, 09/10/1982, p. 4).

A marcante ausência dos sentimentos do sr. Osmar ao perder seu pai, e de se ver obrigado a se mudar para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, contrastada com a exaltação da sua rotina diária de trabalho como ferreiro e consertando máquinas a noite, sob a luz do lampião que sua companheira segurava. Aqui temos um ponto interessante: de acordo com Daniela de Campos (2018), a família era um aspecto de grande valor para ser escolhido operário-padrão, seu argumento vai no sentido de que a hierarquia fabril toma emprestado alguns elementos familiares relacionados à figura do pai, aquele que deveria prover a existência da família. O patrão e o estado são entendidos como uma entidade com função semelhante à do pai provedor, “assim, o concurso valorizava a hierarquia que deveria existir na fábrica e nas relações sociais, mas de uma forma humanizada” (CAMPOS, 2018, p. 49). As empresas valorizavam aqueles trabalhadores com perfil alinhado a essa estrutura familiar.

O jornal empresarial constrói o personagem do operário-padrão vinculando-o à sua mobilidade social e migração em barragens. De acordo com o Informativo, o primeiro emprego em barragem do sr. Osmar foi em Cachoeira Dourada, no rio Parnaíba, como operador de trator agrícola, e chegou até a função de encarregado de equipamentos de ar comprimido. Terminada a barragem, o sr. Osmar foi contratado como empregado permanente da Mendes Júnior, que lhe atribuía funções de obra em obra, “assim, trabalhou um ano como mecânico de equipamentos pneumáticos em Jaguará, mais dois anos em Volta Grande e um ano na Barragem de Marimondo, todas no rio Grande, Osmar tornava-se então Mestre

de Mecânica” (Informativo Unicon nº 94, 09/10/1982, p.4). Entrou na Unicon em 1976 como subencarregado de manutenção, e com um ano de obra foi promovido a encarregado de manutenção de seção. O Informativo apresenta ainda o curso que ele realizou no centro de treinamento para os trabalhadores de Itaipu: “Para melhorar seu desempenho profissional, Osmar aperfeiçoou-se na manutenção de perfuratrizes. Modelo 7-4, participando de um curso no Centro de Treinamento” (IDEM).

Sobre o mito da mobilidade, o concurso operário-padrão buscava situar a exceção como a regra: os poucos que ascenderam a algum cargo mais elevado na empresa servindo de exemplo aos muitos que não tiveram a mesma chance. Perto do término da primeira etapa de escavações do Rio Paraná (1975-1978), foram criados centros de treinamento para a capacitação dos trabalhadores. A Itaipu buscou melhorar o desempenho e a qualificação dos seus empregados, com motivações para realizar os cursos que lhes renderia a reclassificação de função e salário e, assim, a empresa poderia suprir sua demanda por força de trabalho especializada. (MANARIN, 2008, p. 63) Entretanto, isso não significou o aumento de oportunidades de trabalho para os desempregados de Foz do Iguaçu (SESSI, 2015, p. 177). Os cursos dos centros de treinamento se apresentavam para os trabalhadores como uma possibilidade de se manterem empregados nas próximas etapas ao aprenderem alguma função necessária para as empreiteiras. No entanto, o aumento do número de operários qualificados para as funções “[...] aumentava a concorrência pelas ocupações mais especializadas ou mesmo estabelecia concorrência onde esta não havia” (MANARIN, p. 64), barateando o valor da força de trabalho. Além disso, Sessi (2015, p. 177) lembra que os poucos casos de mobilidade social só ocorriam em alguns setores, como a carpintaria, o setor de armação, e entre os pedreiros, já nos setores como o do refeitório e limpeza, a mobilidade era quase inexistente.

De acordo com Manarin (2008), os trabalhadores encaravam essas diretrizes expressas pelo Informativo Unicon adotando uma estratégia própria de se manterem empregados. Com a realização de entrevistas com os trabalhadores de Itaipu, o autor evidenciou que aqueles que aceitavam essa forma de disciplinarização tinham mais chances de se manter empregados. Eles se submetiam ao trabalho de erguer

a barragem de Itaipu por necessidade de garantir a sua existência e a dos seus familiares, sempre tendo em vista a enorme quantidade de desempregados na cidade, que pressionavam os empregados a aceitar o ritmo de trabalho imposto. No entanto, se na etapa seguinte da obra não houvesse necessidade daquela função, ou se a demanda de força de trabalho diminuísse, tanto o chamado “mau trabalhador” quanto “o bom trabalhador” poderiam enfrentar o “facção”. Valdir Sessi menciona uma entrevista de um trabalhador ideal para o consórcio: em 1979, o “informativo Unicon dedicou quase uma página para contar a história de um trabalhador ‘Pau pra toda obra’ que gostava de realizar tarefas, além daquela para a qual foi a qual foi contratado” (SESSI, 2015, p. 213). Mas a lógica da empreiteira era cumprir os prazos estabelecidos e lucrar. “Mesmo que diante da ‘boa vontade personificada’, tal atributo não o resguardaria de um aviso de demissão” (Idem). Assim, mesmo que o trabalhador se adequasse ao padrão definido, a lógica de contratações e demissões do canteiro de obras, baseada nas etapas da construção e nas pressões internas e externas, se sobrepunha. Não havia porque o consórcio manter salários de trabalhadores sem necessidade, mesmo que se identificassem com os interesses da empreiteira.

Portanto, é possível afirmar que, entre os anos 1970 e 1990, a administração produziu representações sobre a construção de Itaipu, buscando gerar um consenso no operariado, como uma estratégia das empreiteiras para controlar e disciplinar aquela força de trabalho que já havia amargado durante a migração para o extremo oeste paranaense na busca de emprego na barragem. Nessas representações, buscou-se atribuir aos trabalhadores valores em consonância com os da administração da obra que, como vimos, também era a diretriz para todo operariado nacional. A escolha dos trabalhadores candidatos a operário-padrão não estava baseada em sua capacidade técnica, mas em aspectos comportamentais. Dessa forma, buscava-se utilizar a trajetória deles como exemplo aos demais trabalhadores, que adotariam as condutas comportamentais valorizadas para alcançar a mesma ascensão na empresa que o operário-padrão.

O diferencial do Informativo Unicon se deve a sua capacidade de incorporar os trabalhadores aos marcos técnicos da construção de Itaipu, homogenizando a massa de trabalhadores como fator de engrandecimento da hidrelétrica. Portanto, na

narrativa institucional, a razão de ser de Itaipu é proporcionar o abastecimento energético para o país, e o resultado prometido na época era o desenvolvimento nacional, enquanto que o papel que cabe aos trabalhadores é darem seu sangue e suor pela obra, vital para o futuro do país.

2.2.1. Da Promessa à Realidade.

De acordo com Manarin (2008), o projeto Itaipu foi apresentado, ao longo das obras, como um empreendimento binacional de aproveitamento energético do Rio Paraná, que possibilitaria a soberania na produção de energia e o crescimento econômico. No entanto, no fim da década de 1980, a representação que vinha sendo feita tem uma mudança. Nesse período, o Brasil passava por dificuldades no campo energético devido à escassez de chuvas e pelo considerável aumento da demanda, e é justamente o momento em que as unidades geradoras de energia elétrica da usina começam a operar. Assim, os relatórios da empresa passaram a expressar “sentidos e significados que a barragem deixava de ser uma promessa de projeto e passava a ser abordada como realidade e necessidade do Brasil” (MANARIN, 2008, p. 22).

Em janeiro de 1987, a Itaipu criou o periódico *Canal de Aproximação*.¹¹ Manarin observa que o início desta publicação é marcado por uma preocupação por parte dos administradores da obra em demonstrar que Itaipu deixava de ser vista com desconfiança e uma obra faraônica da ditadura, e passava a ser percebida como uma realidade capaz de evitar uma possível crise econômica e energética na segunda metade da década de oitenta (MANARIN, 2008, p. 22). É a metamorfose da narrativa de Itaipu: de uma promessa, à realidade.

No mesmo ano de criação do jornal *Canal de Aproximação*, foram inauguradas as unidades geradoras de energia números 14 e 15. No mês de janeiro, uma das matérias afirmava que:

“Mais do que nunca, as vozes foram unânimes em reconhecer que sem Itaipu o Brasil sofreria uma grande crise energética e econômica. Enfim, depois de quase 12 anos, desde que a obra foi iniciada, a realidade revelou que a maior hidrelétrica do mundo não é apenas a concretização de

11 Diferente do *Informativo UNICON*, o periódico *Canal de Aproximação* era de responsabilidade direta da Itaipu Binacional. Foi publicado bimestralmente a partir de janeiro de 1987, com tiragem de 3 mil exemplares e distribuído dentro do canteiro de obras (MANARIN, 2008, p. 22).

um sonho tomado pelo gigantismo” (Canal de Aproximação, 01/1987, p. 2, *apud* MANARIN, 2008, p. 23).

Desta forma, fica evidente como o novo jornal expressa uma mudança na construção de sentidos sobre Itaipu. Após os quase 12 anos, portanto, o foco deixa de ser a construção, enfatizando o resultado do longo processo. A importância da hidrelétrica para abastecimento energético nacional se mantém na passagem da década de 80 para a de 90, mas se apresenta já como uma realidade, e os trabalhadores continuaram a ser representados como barrageiros necessários para a construção de Itaipu. No entanto, justamente a ditadura militar, que tanto havia buscado representar e ser representada por Itaipu, foi desvinculada da imagem da hidrelétrica.

De acordo com Manarin, esse jornal toma uma postura de defesa da hidrelétrica em relação aos seus críticos. Assim, as contradições intrínsecas ao projeto Itaipu, como o alagamento das 7 Quedas e das terras dos camponeses que reverberaram em mobilizações sociais e lutas reivindicatórias, são atribuídas ao período anterior, ou seja, “o jornal procura desvincular a imagem da hidrelétrica projetada e iniciada durante o regime político militar” atribuindo a esse período eventuais problemas que, no fim dos anos 1980, se mostram menores do que as “[...] conquistas e benefícios proporcionados pela hidrelétrica estabelecida num governo democrático” (MANARIN, 2008, p. 24). As críticas são todas minimizadas frente ao discurso que atesta a necessidade e realidade de Itaipu para o desenvolvimento nacional.

A representação produzida pelo jornal Canal de Aproximação utilizou os argumentos críticos à construção da hidrelétrica para traçar uma narrativa de superação, na qual a Itaipu do final da década de 1980 prova sua necessidade, a despeito de seus críticos:

“Como disse o presidente José Sarney em seu discurso durante a inauguração, as críticas contra Itaipu ‘justificavam-se contra o pano de fundo da recessão, numa época em que a demanda de energia elétrica sofreu quedas acentuadas, alterando sensivelmente o quadro de previsões que orientou o projeto. Hoje, contudo bastou que a retomada do crescimento econômico se firmasse para que tais críticas fossem

desautorizadas” (Canal de Aproximação, janeiro/87. p.2, *apud* MANARIN, 2008, p. 23).¹²

Além dessa descentração dos militares nas representações de Itaipu, houve um outro movimento que buscou legitimar a obra. O discurso em torno do desenvolvimento regional e nacional foi a baliza onde a memória construída apoiou-se para se defender dos críticos e afirmar que a Itaipu era uma necessidade para o final dos anos 1980 e início dos 90.

Essas duas ações, a produção e distribuição de energia que beneficiava o desenvolvimento industrial, no âmbito nacional, e a edificação da infraestrutura para atender a população das cidades envolvidas com a formação do reservatório, permitindo um possível desenvolvimento local, são escolhidas pelos administradores para evidenciar que, mesmo após as críticas sofridas pela Itaipu, ela havia superado a desconfiança para provar ser fundamental tanto para o desenvolvimento nacional quanto regional. Contudo, embora se buscasse essa dissociação da imagem da hidrelétrica com a ditadura, na prática a administração da obra continuou no núcleo militar.

2.3. CLASSE TRABALHADORA, GREVES E REPRESSÃO.

Nos fins da década de 1980, com o que se convencionou chamar de “reabertura democrática”, tanto os trabalhadores ganham novo impulso para suas lutas, quanto os historiadores e cientistas sociais brasileiros dedicados ao estudo do trabalho passam por uma renovação em suas abordagens e métodos. As massivas greves no ABC Paulista durante o fim dos anos 1970-80 tornavam urgente a revisão de certos pressupostos teóricos para o estudo dos trabalhadores. Para Sader e Paoli, “transformações na prática social estariam dando visibilidade a novos temas e colocando no centro da reflexão o problema da emergência dos trabalhadores enquanto sujeito político” (1983, p.130). Não que antes os trabalhadores não atuassem como sujeitos políticos, mas que eram representados no imaginário acadêmico como elemento determinado pelo movimento das estruturas sociais. A dissertação de Manarin (2008), por outro lado, busca justamente demonstrar como

12 Ao mesmo tempo em que Sarney fazia essa visita e proferia este discurso, os trabalhadores dos consórcios UNICON e ITAMON estavam em greve, como veremos na próxima seção.

os trabalhadores de Itaipu eram sim sujeitos capazes de tomar decisões de acordo com seus interesses e motivações.

No canteiro de obras de Itaipu, os trabalhadores desde o início atuavam como sujeitos sociais, demonstrando suas insatisfações, seja em questões pontuais como o atraso do pagamento, alteração no horário de almoço, ou quanto à infraestrutura construída pela Itaipu. Contudo, só passam a se organizar com uma entidade representativa da classe a partir de 1986, quando é fundado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil de Foz do Iguaçu, o SITRACOCIFOZ (SITRA). Nesse período houve uma combinação de fatores que deram maior propulsão para as lutas reivindicatórias:

“Ao longo dos anos 1980, a combinação de elevados índices de inflação com arrocho salarial imposto pela política econômica dos sucessivos governos e um ambiente político de redemocratização que permitia maior liberdade de expressão e manifestação pesou a favor da disposição de diversos segmentos das classes trabalhadoras em se lançarem em lutas coletivas, na defesa de reivindicações salariais, sociais e políticas” (LADOSKY, OLIVEIRA, 2014, p. 154).

Portanto, Foz do Iguaçu sediou um evento local que se relacionava diretamente com a conjuntura nacional e com a condição do operariado brasileiro. O sindicato buscou construir uma narrativa contrária àquela que era propagada pelos veículos das empreiteiras, apontando para a experiência vivida por essas pessoas como elemento agregador, gerador de identidade. Evidenciando que viviam nas mesmas condições, haveria maior possibilidade de coincidência em suas aspirações. Dessa forma, foi possível para o SITRA organizar duas grandes greves, duramente reprimidas pelas forças armadas.

A primeira greve, ocorrida em janeiro de 1987, remonta ao acordo assinado pelo SITRA e empreiteiras em dezembro de 1986, que suprimiu a paralisação do canteiro de obras naquele ano (SESSI, 2015, p. 251). A data da greve foi marcada para o dia 16 de janeiro, quando Itaipu receberia a visita dos chefes de Estado, José Sarney e Alfredo Stroessner, para a inauguração de duas unidades geradoras. Como visto anteriormente, essa data foi retratada pelo Informativo Unicon enfatizando a comemoração da inauguração das geradoras e a concretização do potencial da usina. Para os trabalhadores, deflagrar a greve no mesmo dia da visita

do presidente significava a possibilidade de ganhar alguma projeção na opinião pública.

Valdir Sessi demonstra como a agência de segurança física da Itaipu foi capaz de antecipar as ações dos trabalhadores com seus infiltrados e delatores. Além disso, as tropas do exército e da polícia militar do Paraná foram convocadas e agiram dispersando o piquete principal dos grevistas localizado na Av. Tancredo Neves, no trevo em frente a Vila C, para abrir passagem para o presidente que viria de carro do aeroporto até a barragem. Assim, a visita do presidente Sarney foi realizada sem maiores interferências

Dois dias depois, 18 de janeiro, a greve foi decretada ilegal, e o acordo de dezembro de 1986 não foi cumprido. Para Sessi, esse foi um divisor de água nas relações de trabalho no canteiro de obras:

“Numa extremidade, dois grandes consórcios da construção civil e eletromecânica que não tinham mais grandes medições para faturar, ou seja, trabalhavam praticamente no rescaldo do que sobrara do colossal empreendimento; enquanto que, no outro extremo, estavam os trabalhadores que, diante das crises e das perdas salariais, ainda faziam parte dos relatórios elaborados pela Agência de Segurança da Itaipu” (SESSI, 2015, p. 255).

Nesse período final da construção acentuavam-se as contradições no canteiro de obras, a administração buscava desmobilizar pessoal e diminuir gastos. Enquanto isso, era exigido dos trabalhadores que mantivessem os níveis de produtividade elevados, encaminhando as obras para o fim, garantindo o abastecimento energético do país e elevando a probabilidade do desemprego com o fim da obra.

Dessa forma, insatisfeitos com a solução encontrada pela Binacional, os trabalhadores dos consórcios UNICON e ITAMON estiveram em estado de greve permanente de janeiro a setembro de 1987, sinalizando que o canteiro de obras poderia ser paralisado a qualquer momento. Pois, se para a administração esse período da “reabertura democrática” foi representado como o momento em que Itaipu passava a ser uma realidade, para esses trabalhadores foi um tempo contraditório, onde a expectativa quanto ao fortalecimento da democracia e quanto

aos avanços sociais que a constituinte traria conviveram com a repressão violenta sobre as greves realizadas.

Em setembro do mesmo ano houve uma segunda greve, essa com maior repercussão e com paralisação do canteiro de obras por quase um mês. Na noite de 27 de setembro de 1987, por volta das 19:00, a greve foi decidida em assembleia na Vila C. Durante essa noite, os trabalhadores iniciaram os piquetes nos pontos considerados estratégicos. De acordo com Sessi (2015), a agência de segurança física da Itaipu tinha conhecimento dos planos dos grevistas. Seja por espionagem ou delação, o fato é que tão logo os piquetes foram erguidos, o exército já estava a postos para avançar sobre os trabalhadores para liberar o trevo em frente à vila operária, lugar do piquete principal. Neste evento 16 trabalhadores foram feridos com golpes de baioneta, e alguns ficaram em estado grave com as perfurações.

Alguns documentos analisados por Sessi contribuem aqui para a identificação das representações produzidas na época dessas greves, por serem portadoras de uma intencionalidade. Na figura abaixo temos a reprodução de um panfleto do SITRA, de 1987:

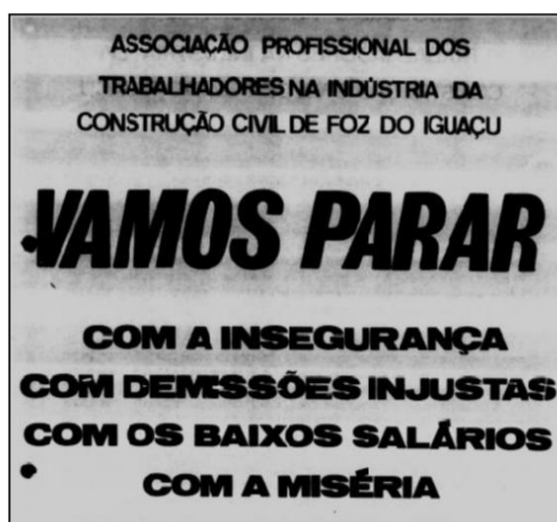


Figura 12: “VAMOS PARAR”. apud SESSI, 2015, p. 253

Neste panfleto o sindicato busca passar uma sintética e profunda mensagem: “Vamos parar”, um evidente chamado à greve, que ao paralisar o canteiro de obras poderia tencionar as empreiteiras a negociar. O folheto situa os trabalhadores

enquanto sujeitos sociais: é partir da greve, do “paro”, que os trabalhadores podem por um fim a sua condição de insegurança, às demissões arbitrárias, aos salários defasados, à miséria.

Portanto, no fim dos anos 1980 temos uma nova representação organizada sobre o mundo dos trabalhadores de Itaipu, construída a partir das suas próprias experiências, organizada através do sindicato. Essa representação se contrapõe com aquela criada pela administração da obra, elementos como “insegurança”, “demissões injustas” e “baixos salários” não foram utilizados pela administração. Por outro lado, a exaltação patriótica do empreendimento também não está presente na representação que o sindicato fez desse período.

No dia 2 de outubro de 1987, o jornal da cidade Nosso Tempo publicou uma nota do sindicato.

“Nota do Sindicato

A classe operária brasileira sofreu nos últimos meses o mais brutal arrocho salarial de todos os tempos. Tal perda hoje ultrapassa os 40 por cento e é fruto de perdas que tivemos desde a decretação do Plano Cruzado até a inflação de junho de 87, de 25 por cento, que não foi incorporada ao salário dos trabalhadores. Face a isto e baseado no acordo firmado em 1º de junho de 1987, onde temos garantido que tão logo se mudasse a política salarial no país voltaríamos a negociar, tentamos por mais de um mês negociar a reposição salarial, e os patrões não cederam em nada, se posicionando da forma mais intransigente possível. Criado o impasse, a categoria optou pela greve, e a resposta das empresas foi jogar para cima dos trabalhadores a polícia e o Exército, ferindo gravemente 16 companheiros a golpes de baioneta. Porém os trabalhadores não se deixaram intimidar e continuam firmes com a máxima disposição de continuar com a greve. Temos hoje a adesão de mais de 90 por cento dos operários à greve, e dos operários hoje no canteiro, pelo menos 300 estão presos e impedidos de sair da obra. Por último, temos a ressaltar que em nenhum momento tivemos o propósito de afetar a geração de energia da usina. Nossa luta é com as empreiteiras da construção civil. Não justifica a atitude irresponsável da Itaipu em jogar para cima dos operários a polícia e o Exército, com todo este aparato de guerra. Até a vitória!”

Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Foz do Iguaçu (Nosso Tempo, 1987, p. 3)

A nota apresenta a condição da classe operária brasileira, que vem sofrendo constante deterioração do seu poder aquisitivo e, com isso, buscavam demonstrar a semelhança das condições de vida das famílias trabalhadoras, fator gerador de

identidade de classe. É explícito também o conflito de interesse entre os trabalhadores e as empreiteiras da construção civil, e o texto apresenta as empreiteiras como antagonistas. Além disso, a nota procura demonstrar que a greve é legítima e que foi acionada como último instrumento de negociação. Por fim, busca deslegitimar a ação repressora do exército, já que a greve não afetava a produção de energia, mas somente os trabalhadores da construção civil. Aqui o SITRA acaba representando a importância da produção de energia de Itaipu para o desenvolvimento nacional, pois fica subentendido que, caso a greve afetasse a produção de energia, a repressão poderia ser legítima.¹³ Contudo, não há como negar que é uma nova matriz de interpretação da realidade, diferente daquela apresentada pelos periódicos que circulavam no canteiro de obras, mas que pode ter incorporado alguns elementos deste.

Na sessão da ALEP do dia 28 de setembro, deputados do PMDB e PT repudiaram a ação das forças armadas, defenderam o direito de greve dos trabalhadores e buscaram atacar a figura de Ney Braga, então diretor-geral do lado brasileiro da Binacional, como um representante da ditadura. Nessa sessão, os deputados parecem ainda não ter muita informação sobre os acontecimentos da noite anterior.

Na sessão da ALEP do dia seguinte, 29 de setembro, Paulo Furiatti (PMDB) requer que seja formada uma comissão de parlamentares para atuar como observadora dos acontecimentos em Foz envolvendo trabalhadores e o exército. O requerimento de Furiatti

aprovado, foi formada a comissão observadora. Nesta sessão alguns deputados defenderam que o exército estava evitando que a greve interferisse no fornecimento de energia elétrica. Como vimos, a nota do sindicato aponta o contrário, e na sessão do dia 1 de outubro, depois do contato da comissão de deputados com os sindicalistas em Foz do Iguaçu, também estará presente na ALEP a defesa de que a repressão militar não se justifica justamente porque os trabalhadores não visavam parar a produção e fornecimento de energia.

13 Apesar disso, é interessante como nas entrevistas realizadas por Manarin, evidencia-se que as lutas pela reposição salarial ficaram gravadas nas memórias dos entrevistados, enquanto que a narrativa de que Itaipu é necessária para o desenvolvimento nacional não é evocada (2008, p. 102).

No dia 1 de outubro de 1987, a ALEP aprovou o requerimento que Pedro Tonelli (PT) fizera na última sessão, requerendo envio de telex ao diretor-geral da Itaipu, Ney Braga para que este interferisse junto ao ministério do exército para a remoção das tropas. O que colaborou com essa aprovação foi o retorno da comissão composta por Haroldo Rodrigues Ferreira (PMDB), Nereu Carlos Massignan (PMDB), Paulino José Delazeri (PMDB), Paulo Furiatti (PMDB), Pedro Tonelli (PT) e Raul Lopes (PMDB), que foram à Foz do Iguaçu e trouxeram novas informações.

Pedro Tonelli (PT), que foi com a comissão até Foz do Iguaçu, repercute a argumentação do SITRA, que aponta que os empreiteiros não cumpriram o acordo com o sindicato:

“Há mais ou menos um mês que os trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, estão procurando as empresas, estão procurando a direção de Itaipu para negociar aquilo que era termo de um acordo firmado em junho passado. Naquele acordo, foi estabelecido entre ambas as partes, por escrito, que quando mudasse a política econômica eles voltariam a negociar reajustes salariais e outras reivindicações dos trabalhadores.

Só em junho tivemos uma inflação de mais de 20%. Em julho foi quase isto. Agosto, também. Setembro, idem, mais que 10% na verdade. Os trabalhadores, quando não aguentaram mais o arrocho, procuraram a negociação no começo do mês de setembro com as empreiteiras e com a Binacional. Sabem qual foi a resposta? Foi a seguinte: Ou vocês aceitam o que o Governo Federal está oferecendo, que é de 14,7%, ou então aqui vai ter demissão em massa. Vamos demitir todos e iremos contratar quem nós quisermos!” (Anais da Assembleia, nº 108, 1 de out., 1987, p. 26).

Depois de estabelecer contato com os trabalhadores em Foz do Iguaçu, Tonelli consegue se contrapor ao argumento de que a presença das Forças Armadas se justificaria pela possibilidade dos grevistas pararem a produção de energia elétrica:

“Aliás, a obra não era o objetivo do movimento nem a paralisação da obra, sua operação, fornecimento de energia elétrica. Constatamos isso em documentos que estão aqui nesse dossiê, publicados pelos sindicatos, pelos grevistas. E agora Itaipu vem dizer que eles chamaram o Exército sob alegação de que os trabalhadores estavam ameaçando funcionamento desta Usina Hidrelétrica, importante para a Nação e para o mundo” (Anais da Assembleia nº 108, 1 de out., 1987, p. 27).

Na sessão do dia 6 de outubro de 1987, a comissão apresenta seu relatório da visita a Foz do Iguaçu. Onde estão sintetizadas as reivindicações dos trabalhadores, e um histórico dos acontecimentos que desencadearam a greve e a repressão. Por fim, tomando a posição de defesa dos grevistas, são apresentadas as conclusões da comissão sobre os ocorridos:

“1. O movimento grevista desenvolveu-se pacificamente, com negociações prévias entre patrões e empregados, com conhecimento da Diretoria da Itaipu, e esta poderia ter conduzido melhor os fatos evitando a violência.

2. A convocação do exército foi precipitada, inconsequente, e ocorreu antes mesmo da deflagração da greve, pois no dia em que foi decretada, domingo, 27-09.87., o Exército logo após interveio com violência psíquica e moral (imposição do medo aos trabalhadores, mulheres e crianças) nas vilas operárias.

3. O ato convocatório e a presença do Exército feriram os princípios constitucionais e a autonomia do Estado do Paraná.

4. É necessário a revisão urgente do acordo internacional que criou a Binacional para adequá-lo às realidades políticas atuais, posto que é fruto dos tempos autoritários, a ponto de servir com embasamento para convocar as Forças Armadas.

5. O Diretor Presidente da Itaipu Binacional, senhor Ney Braga, é o responsável pelos graves acontecimentos ocorridos e por todas as violações de direitos que a convocação do Exército provocou.

6. Encaminhar cópia:

a) Ao sr. Governador do Estado.

b) À ALE. (sic.)

c) Aos Prefeitos e Vereadores da Micro Região do Oeste.

d) Aos sindicatos de Foz do Iguaçu.

e) À Diretoria da Itaipu Binacional.

Três documentos do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz do Iguaçu”. (Anais da Assembleia, nº 110, 6 de out., 1987, p. 10).

É evidente a influência que a interação desta comissão com o sindicato exerceu sobre as conclusões apresentadas. Ainda mais porque de acordo com o deputado Nereu Massignan, as empreiteiras haviam difundido na imprensa paranaense que a presença do exército era importante para garantir a operação de Itaipu (Anais da Assembleia, nº 108, 1 de out., 1987, p. 17). Portanto, fora o sindicato, não havia outro meio de difusão dessa matriz de interpretação baseada na experiência de ser trabalhador em Foz do Iguaçu, e que foi repercutida pelos parlamentares.

Na sessão da Assembleia Nacional Constituinte do dia 29 de setembro, a repressão também foi tema de discussão. O deputado Pedro Paulo (PT-MG) denuncia a ação das forças armadas a partir das informações passadas pelo

presidente do SITRA, Sr. João Valdir de Assis. O deputado opera vinculando a greve no canteiro de obras de Itaipu a outros casos em que “a classe trabalhadora brasileira” foi reprimida, para acusar o exército de servir aos interesses dos donos das empresas:

“No momento em que se discutem na Constituinte as funções do Exército, fica mais uma vez claro que essa é a ordem que seus comandos pretendem defender: a lei que privilegia os ricos - neste caso, as grandes construtoras do País - em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Denuncio nesta Casa, para que os Constituintes vejam bem claro, que o Exército vem cumprindo essencialmente a função de reprimir a classe trabalhadora brasileira” (Diário do Congresso Nacional, ter. 29 de set. 1987, p. 2985).

No mesmo sentido, o deputado José Genuíno (PT-SP) vincula os trabalhadores de Itaipu à categoria dos operários da construção civil, esta que, segundo o deputado, é uma das mais exploradas e reprimidas quando buscam se organizar para reivindicar seus direitos. E apresenta ainda que aqueles que mais se beneficiam com grandes obras, como as realizadas durante a ditadura, são os donos dessas grandes empreiteiras, à custa do trabalho desses operários, evidenciando o antagonismo de classe:

“Todos sabemos, Sr. Presidente, que a categoria dos operários da construção civil é a mais exploradas, mais humilhada, mas violentamente reprimida deste País quando faz movimento como este. Aproveita-se, inclusive, das características peculiares dos trabalhadores da construção civil para desarticulá-los com extrema violência, quando vão à luta. E sabemos que essas grandes obras, que beneficiam grandes empreiteiras deste País geram grandes riquezas. Por sinal, na semana passada o Brasil foi destaque, porque uma das maiores riquezas do mundo é de um dos donos de uma dessas grandes construtoras. Certamente essa grande riqueza se deu à custa de vidas, de sangue e de salários mal pagos aos trabalhadores da construção civil.” (Diário do Congresso Nacional, ter. 29 de set. 1987, p. 3005)

A partir do contato dos deputados constituintes do PT com o presidente do SITRA, a versão do sindicato sobre a greve e a repressão foi apresentada no Congresso Nacional, mas também utilizada como ferramenta nas disputas políticas no âmbito nacional.

A partir desses acontecimentos desde a criação do SITRA em 1986, passando pela primeira greve e pela primeira repressão do exército, PM e agências

de segurança, até a segunda greve dos trabalhadores dos consórcios ITAMON e UNICON, os trabalhadores construíram de forma crescente, via sindicato, uma representação da própria categoria e uma representação dos acontecimentos que levaram à greve e à repressão policial. Essa representação social, ao apresentar o arrocho salarial que os trabalhadores de Itaipu estavam enfrentando, se vincula à condição da classe trabalhadora brasileira, e insere os trabalhadores enquanto sujeitos sociais capazes de agir e lutar coletivamente por melhores condições de vida e trabalho. Assim, o conflito com as empreiteiras é apresentado como um antagonismo de classe. Quanto à repressão do Exército, a versão do sindicato apresenta que pela natureza da greve, de não ser intenção dos grevistas pararem a produção de energia, a ação foi desproporcional, o que incorpora em partes a história oficial difundida pelos jornais de Itaipu, da necessidade da hidrelétrica para o desenvolvimento nacional. Mesmo assim, podemos afirmar que o sindicato construiu uma interpretação independente desse período histórico.

Essa matriz de interpretação teve repercussão na ALEP e na Assembleia Nacional Constituinte, onde as relações entre o acontecimento local e a condição nacional do operariado foram transmitidas, bem como a representação do sindicato sobre a greve. Quanto à repressão do Exército, esse tema foi enviesado pelas disputas partidárias e pelo processo constituinte, o que nos revela como a construção de sentidos de um determinado evento é realizada de forma diferente acordo com as posições sociais dos atores.

Enquanto que os aparelhos institucionais projetavam um trabalhador compromissado com os níveis de produtividade da empresa, e com a promessa de desenvolvimento nacional, o SITRA buscava evidenciar a condição de classe dessas pessoas, demonstrando que os interesses imediatos dos trabalhadores e patrões eram antagônicos.

CAPÍTULO 3.

MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS.

A história institucional que era produzida concomitantemente a construção da hidrelétrica serviu de modelo para a memória coletiva difundida atualmente pelos veículos institucionais da Binacional. De acordo com Pollak (1992), o enquadramento da memória pode ser entendido como um investimento custoso que é realizado para organizar as memórias em um sentido que atendam aos interesses políticos de quem as organiza, e que garanta a coerência e continuidade do grupo. Depois de devidamente enquadrada, a memória trabalha por si, isto é, “[...] cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (1992, p. 7). Portanto, seguindo o raciocínio de Pollak, entendo que a memória institucional difundida ainda hoje teve um processo de enquadramento semelhante àquela matriz de interpretação que foi sendo construída ao longo da obra.

Diferente do SITRA, a Itaipu sempre teve condições privilegiadas de produzir, preservar e difundir suas representações, o resultado disso é essa memória se tornar dominante. Michael Pollak diz que a história oral, ao privilegiar a análise dos marginalizados, ressaltou a importância de “memórias subterrâneas”, entendidas como aquelas memórias que se contrapõem à memória dominante e que não alcançam a esfera pública, seja por perseguições, por uma estratégia de autoproteção, ou pela falta de acesso a canais de propagação (1989, p. 2). Para o autor, o aparente silêncio de lembranças divergentes da memória oficial pode ser um ato de resistência dos marginalizados, pois as estruturas de comunicação informais preservam memórias subterrâneas, que podem entrar em disputa contra a memória dominante quando houver melhores condições (IDEM, p. 6). Portanto, as memórias subterrâneas sobre os trabalhadores de Itaipu são transmitidas unicamente pela oralidade, e acessadas geralmente por meio de conversas. Isso quer dizer que as percepções dos trabalhadores só podem ser acessadas a partir das memórias dos indivíduos que viveram pessoalmente estes eventos, ou que viveram de tabela.¹⁴

14 Quando alguém que não participou pessoalmente de um acontecimento do grupo, mas sente tamanha identificação com o grupo que não é capaz de distinguir se participou ou não. Sobre o tema ver: (POLLAK, 1992, p. 2).

Nesse sentido, os pesquisadores da região, embora com objetivos distintos, vem escavando memórias de Foz do Iguaçu pelo menos desde a década de 1990. O que nos apresenta, ainda que de forma fragmentada e não sistemática, um vislumbre do imaginário popular da cidade sobre a hidrelétrica. O presente estudo busca contribuir para este esforço apresentando mais quatro entrevistas com ex-trabalhadores de Itaipu, e tentando estabelecer algumas relações entre as memórias dos trabalhadores com a memória dominante em temas ainda pouco explorados.

3.1. ENTREVISTAS.

Foram realizadas cinco entrevistas no total. Duas delas com o sr. David. E uma delas com duas pessoas, a sra. Lourdes e seu esposo, sr. Valério. As outras duas entrevistas foram realizadas uma com o sr. Adenival, e outra com o sr. Marcelo. O roteiro das entrevistas buscou se centrar na trajetória de vida dessas pessoas com ênfase no período da construção da hidrelétrica. Nas entrevistas, como sugere Paul Thompson (1998, p. 201), busquei ir além das respostas generalizadas ou evasivas criando oportunidades para que os entrevistados pudesse narrar suas lembranças. O que conseguimos com certo sucesso. Mais por mérito dos entrevistados, que trouxeram narrativas muito ricas.

Adenival do Carmo Dutra.

A entrevista com o sr. Adenival foi realizada na casa do entrevistado, em Foz do Iguaçu. Ele nasceu em 1954 em São Pedro do Avaí, distrito do município de Manhuaçu/ MG, é casado desde 1976, e teve quatro filhos, um deles falecido. Adenival conta que veio de Minas Gerais com sua família para a cidade de Assis Chateaubriand/ PR em 1966: “[...] fizemos um pau-de-arara, e veio várias famílias para Assis Chateaubriand. [...] nós viemos porque Minas naquela época estava bastante difícil, não é? E a gente veio parar no sonho das terras férteis, não é? E viemos em 66 para cá” (DUTRA, 2019, p. 2). Em 1975, “ouvindo a fama de Itaipu e as grandes obras de construção”, ele vem para Foz do Iguaçu, onde tinha um amigo que lhe ajudou na sua mudança para a cidade: “Eu vim para Foz assim... Meio que com a cara e a coragem, sabe? Eu não conhecia nada por aqui e vim porque um amigo meu tinha vindo para cá” (IDEM, p. 4). Na sua primeira semana na cidade, conta que ficou hospedado no bar de um conhecido desse seu amigo, logo depois já

conseguiu emprego e alojamento na Construtora Vila Rica, uma das empreiteiras que construiu a infraestrutura da Itaipu. Ele explica que, assim como muitas pessoas que viveram o processo de êxodo rural, só conseguiu emprego na área de construção civil: “E eu, como um cara sem estudo, então a única coisa que me acolheu foi a construção civil. Que a maioria do êxodo da roça vem pra construção civil” (IDEM, p. 1).

Em 1981 fichou a primeira vez na Unicon, no total ele trabalhou 4 vezes nessa empreiteira. Em 83 conseguiu emprego na construtora Taquaruçu, empresa do Paulo Mac Donald, ex-prefeito da cidade, onde ele trabalhou “onze anos e vinte e sete dias” (DUTRA, 2019, p. 8). Foi nesse período a criação do SITRACOCIFOZ, que o sr. Adenival ajudou a fundar e foi presidente. Ele conta o que o motivou a fundar o sindicato: “O que me incentivou foi a forma que a gente era tratado na construção civil” (IDEM, p. 10). Foi essa forma de tratamento que, segundo ele, o fez “[...] Começar a enxergar que tinha que fazer alguma coisa em conjunto para poder melhorar” (IDEM). Ele conta que quando já trabalhava de supervisor na Taquaruçu, tinha um trabalhador com o filho doente, e sempre que o pagamento atrasava os companheiros de trabalho colaboravam financeiramente com ele: “Então tinha uma pessoa que tinha o filho doente e a gente tinha que fazer vaquinha para poder ajudar a tratar daquele rapaz que a firma sacaneava” (IDEM, p. 11), essa lembrança é central para a concepção de Adenival de que era possível mudar as coisas: “Então foi nisso que eu comecei a entender que se a gente unisse nossas forças nós poderíamos bater de frente com os patrões” (IDEM).

Mas a atuação política do sr. Adenival gerou consequências negativas para sua carreira: “E não tenho nenhum arrependimento disso, mas profissionalmente, aí foi o fim da minha carreira, não é?” (DUTRA, 2019, p. 11). Ele conta que quando saiu da Taquaruçu, teve que trabalhar por conta pois “era um cara manjado na cidade, por causa de ser ex-sindicalista” (IDEM, p. 12). Depois, em 2002, ele conseguiu fichar novamente em uma firma que construiu o prédio do Monjolo, e em 2011, seu último emprego com carteira assinada, se aposentando em 2015. Atualmente vive com sua esposa e seu filho mais novo.

David Mora de Rezes

O sr. David, 59 anos, nasceu em Santo Antônio do Sul do Oeste/ PR. Desde criança já trabalhava com seu pai e irmãos construindo casas de madeira na cidade, ele conta que com doze anos já fazia casa com projeto e que foi assim que aprendeu o ofício da carpintaria (REZES, 2019-b, p. 1). Em 1979, quando “a cidade fracassou um pouco”, ele e seus dois irmãos, que ouviam sobre Itaipu pelo rádio, viajaram em um “pau-de-arara” para Foz do Iguaçu. Na cidade, trabalhou como pedreiro até conseguir ser efetivado no setor de carpintaria na UNICON, onde trabalhou três anos, de 1980 até 1983. Depois trabalhou nas empresas menores que prestavam serviços às empreiteiras e à Itaipu, passou pela Caebe, Engitest, Triage, Centro: “Cada dois anos eu ia pulando, e a chefia indicando, falando: ‘não, não manda ele embora, passa ele pra outro, passa ele pra outro’” (REZES, 2019-a, p. 2), até que em 1996 foi chamado para passar para o quadro próprio da Itaipu.

Na Itaipu o sr. David trabalhava no programa da Binacional “Cultivando Agua Boa”, onde sua tarefa era montar abastecedores comunitários de água em várias cidades lindeiras. Depois disso, por sugestão de uma amiga, ele foi contratado como montador de exposição do Ecomuseu, vinculado à Itaipu, onde trabalhou durante 23 anos: “Então eu fiquei assim... Meio bonzão, nesse negócio de montar exposição” (REZES, 2019-a, p. 3). David se aposentou pela Itaipu e hoje vive com sua esposa na Vila A.

Em sua narrativa é marcante o seu sentimento de gratidão com a Itaipu:

“Mas a Itaipu somou minha vida e... Só tenho a agradecer, porque ela foi uma mãe pra mim sabe? A Itaipu é... não adianta o cara dizer que é isso, que é aquilo, porque não é. A Itaipu é uma mãezona, é só você estar nela, e fazer o que te pertence. Você fica... você aposenta ali” (REZES, 2019-a, p. 12).

Marcelo Do Iguassu¹⁵

O sr. Marcelo antes de vir para Foz do Iguaçu, morava em Goioerê/PR, onde ele trabalhava de “[...] maquinista, carpinteiro, pedreiro... Era o ‘faz tudo’” (IGUASSU, 2019, p. 1) na Fazenda Santo Antônio. Seus irmãos já moravam em Foz e trabalhavam no INPS, o que facilitou a vinda da família do sr. Marcelo para a cidade em 1977. Foi inclusive no INPS que ele conseguiu seu primeiro emprego na

15 À pedido deste entrevistado, foi garantido o anonimato mediante uso de nome fictício.

cidade, como vigilante. Mas ele lembra que o salário de vigilante não era o suficiente para sustentar seus cinco filhos, então buscou emprego na barragem. Seis meses depois de chegar em Foz, o sr. Marcelo foi contratado pela UNICON.

Como vimos no capítulo 1, ele relata as dificuldades que sua família enfrentou no tocante a moradia no seu primeiro mês na cidade. Por isso sua primeira preocupação ao chegar na cidade foi conseguir comprar um terreno: “Primeiro comprei um terreno, fui fazer meu barraco primeiro, pra mim não pagar aluguel” (IGUASU, 2019, p. 2), terreno e, que construiu uma casa, que ele aluga ainda hoje, conduta diametralmente oposta à do estereótipo de um barrageiro. Viveu na Vila C durante dez anos, depois mais cinco na Vila A, e depois voltou ao bairro Morumbi. Na UNICON, o sr. Marcelo teve uma carreira marcada pela mobilidade: “Lá entrei como Ajudante de Serviço, depois fui promovido Operador de Bomba 1, depois fui promovido a Operador de Bomba 2, depois fui promovido a Encanador, depois fui promovido a Feitor, e por último fui promovido a Sub-encarregado” (IDEM).

Quando já no período final de desmobilização do pessoal contratado pela UNICON, o sr. Marcelo foi demitido, e não conseguiu mais trabalhar com carteira assinada, porque nesse mesmo período, seus pais, já idosos, ficaram doentes, e ele precisou dedicar cuidados a eles. Por essa razão, ele deixou de contribuir com o INSS e se aposentou com um salário-mínimo:

“Dei uma bobeira danada, porque... o tanto que eu falei pra você que eu ganhava: sete salários mínimos, e dei uma bobeira e acabei me aposentando com um salário mínimo. Um pouco até por necessidade porque meus pais já idosos, não é? Ficaram doentes, e como eu era o único dos irmãos que tinha carro, então fiquei mais sem fichar em outras obras, outros serviços, para cuidar deles, não é? Porque precisava levar para um canto, levar para outro, então eu tinha mais condições de estar cuidando deles. Então, graças a Deus, eu cuidei do finado pai, finada mãe, até quando morreu. Então a única coisa que eu mudaria, que eu me arrependo, de não ter continuado pagando o INSS pra ter me aposentado com um salário melhor, não é? Aí fiquei parado, acabei aposentando por idade e aposentando com salário-mínimo” (IGUASSU, 2019, p. 13).

O sr. Marcelo explica que atualmente é o aluguel das casas no terreno que ele comprou quando chegou na cidade em 1977 que aumenta sua renda: “Ainda, graças a Deus, que eu do tempo que eu trabalhava lá eu consegui comprar lá no Morumbi e comprar aqui. Então eu tenho duas casas de aluguel que me ajudam a repor o salário” (IGUASSU, 2019, p. 13).

Lourdes Medina.

Maria de Lourdes Medina, 69 anos. Nasceu em Aratiba/RS. Seu pai era sócio em uma serraria em Veracruz/PR, motivo pelo qual aos doze anos ela se mudou para a cidade, acompanhando seus pais. Ela relembra da chegada em Veracruz: “Viemos para uns matos ali também, era tudo mato” (L. MEDINA, 2019, p. 1). Em 1972, com quinze anos, conheceu o sr. Valério, com quem namorou por oito anos até se casarem, juntos tiveram três filhos. Relembra dos tempos em que seu marido trabalhou de motorista da Itaipu como um período bom, que permitiu uma evidente melhoria na qualidade de vida da família:

“Ah, eu só de saber dele estar trabalhando lá dentro para mim já era bom, já. Eu me sentia... Na verdade eu me sentia rica [riso], verdade! Me sentia... Porque quando ele entrou na Itaipu eu pude comprar tudo dentro de casa. Eu nunca tinha um sofá, uma geladeira, um fogão, televisão” (L. MEDINA, 2019, p. 19).

Em sua trajetória, é marcante o tempo e trabalho que a sra. Lourdes dedicou aos seus filhos e ao seu esposo, com quem vive atualmente.

Valério Medina.

O sr. Valério nasceu em Santo André/ SP, com oito anos acompanhou seu pai, quando ele migrou para o norte do Paraná em 1950 para trabalhar como empreiteiro de café. Em 1959, eles se mudam para Veracruz, onde ele se lembra que sua família perdeu um sítio de cinco alqueires (V. MEDINA, 2019, p. 2). Com dezoito anos serviu o Exército em Foz do Iguaçu, onde depois voltaria para trabalhar. Voltou para Veracruz, se casou com a sra. Lourdes e, junto com seu irmão, passaram a trabalhar como motoristas de táxi e caminhão na cidade. Vivendo constantes dificuldades financeiras, o sr. Valério procurou emprego no canteiro de obras de Itaipu.

Trabalhou como motorista da Itaipu por oito anos, e se arrepende de ter saído da empresa:

“É o que eu falo... [...] a gente na vida a gente faz coisa errada, não é? Eu fiz errado de ter saído. [...] Eles falavam: ‘olha, fica aí, você pode aposentar aqui, rapaz’, ‘que aposentar, rapaz... Com oito anos de serviço?’ Foi a primeira vez que eu trabalhei de empregado. Nem pensava em aposentar.” (V. MEDINA, 2019, p. 11).

Ele diz que na época um conhecido falava de terras para café em Rondônia: “Foi um cara que era conhecido meu. Me botou na cabeça que era bom lá, que era para café, que não geava” (V. MEDINA, 2019, p. 18). A sra. Lourdes recorda: “Davam terra: vinte alqueires mais vinte e não sei quantos. E ele se... E eu onde ele ia eu tava indo [riso]” (L. MEDINA, 2019, p. 18). O sr. Valério diz que se iludiu com isso, voltou para Veracruz e comprou um caminhão para continuar com seu antigo trabalho. Depois, sua família migrou para o sertão do Mato Grosso, onde tiveram uma lanchonete. Novamente retornaram para Foz do Iguaçu, a Itaipu já tinha feito a seleção dos funcionários que iriam manter o emprego com a operação da usina. Nessa época o sr. Valério conseguiu emprego de motorista na Viação Itaipu, onde se aposentou.

3.2. “MORRIA MUITA GENTE”.

Existe uma persistente memória de que durante a construção de Itaipu muitos trabalhadores morreram em acidentes de trabalho¹⁶, de que inclusive haveria opositores da ditadura concretados na barragem.¹⁷ Isso influenciou até mesmo um editorial do Informativo Unicon, apresentado no capítulo 2, onde os operários mortos são “homenageados”. Embora seja difícil de mapear e dimensionar essa informação, ela se mantém presente no imaginário dos trabalhadores.

O sr. Marcelo conta que, em 1967, quando veio para Foz do Iguaçu, conseguiu emprego de vigilante no “antigo INPS”, mas o seu interesse era trabalhar na obra da usina: “[...] meu interesse era trabalhar lá na construção da obra. Vim aqui tinha seis pequenos, trabalhando fora da obra e ganhar salário-mínimo é difícil de sobreviver, não é? Aí eu fui pra obra porque lá ganhava bem mais” (IGUASSU,

¹⁶ De acordo com Tão Gomes Pinto (2009, p. 121), 138 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho no canteiro de obras do Itaipu (não especifica se esse número contabiliza as duas margens).

¹⁷ Sobre esse tema ver: (SESSI, 2015, p. 199).

2019, p. 1). A necessidade que o sr. Marcelo e sua família estavam enfrentando foi o que o motivou a enfrentar o temor pelos acidentes que habitavam o imaginário popular da época:

“Então, e aí como o salário ali era pouco, seis meses e não saía do fiado [risos], aí eu parti para trabalhar na obra, porque a maioria do pessoal tinha medo de trabalhar lá, que diz que morria muita gente, não é? Aí tinha medo. Eu falei: ‘não, seja o que Deus quiser’ [riso] ‘eu vou enfrentar.’” (IGUASSU, 2019, p. 2)

O sr. David relembra que quando ainda vivia em Santo Antônio do Sul do Oeste/ PR, em 1979, ele e seus irmãos, que já trabalhavam com carpintaria desde os doze anos, ouviam pelo rádio a detonação dos explosivos para abertura do canal do desvio do rio e sonhavam em um dia fichar na obra. Sua mãe, no entanto, não gostava da ideia, pois como ele explica, na época dizia-se que “morria funcionário a vontade”:

“Então, quando morava em Santo Antônio do Sul do Oeste... A minha mãe, ela... quando a gente escutava — porque naquela época você escutava pelo rádio: ‘Itaipu detonando a rocha!’, e ‘PÁ!, PÁ!’. E aí a gente, ainda moleque de uns dezesseis anos, dizia assim: ‘mas ainda nós vamos trabalhar nessa obra’, a minha mãe se arrepiava: ‘Não!, de jeito nenhum!’, porque tinha uma história que morria funcionário à vontade. Não é tanto assim também não. E não coincidiu que a gente veio morar para Foz? Em três irmãos? e nós, os três, trabalhamos na Unicon” (REZES, 2019-a, p. 1)

Embora o sr. David relativize o número de mortes apontando que “não era tanto assim”, ele compreende a relevância da percepção de que “morria muita gente” para a sua memória daquele período, e por isso a insere em sua narrativa. Paul Thompson concordaria com a postura do sr. David, pois, para ele “[...] a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação” (THOMPSON, 1998, p. 184). Thompson também adverte que “[...] os boatos não sobrevivem, a menos que façam sentido para as pessoas” (IDEM), nesse sentido, talvez esta memória se vincule ao ambiente opressivo e às condições de trabalho, e não necessariamente queira informar sobre a quantidade de mortes, mas sobre o ambiente que geravam essas mortes.

O sr. Adenival relembra das ameaças feitas pelos guardas de segurança no período em que esteve alojado no canteiro de obras:

“Naquela época a gente de madrugada era acordado pelos homens de farda, e eles cansaram de dizer pra nós que matar, encher um caminhão de peão e jogar na ponte era a mesma coisa que jogar um caminhão de porco, e dava até menos prejuízo na época. Então a gente ouvia essas coisas na época, e é bastante difícil pra gente... Por exemplo, pra um cara que veio da roça, não tinha nenhuma instrução, nenhum conhecimento, então ficava apavorado na época de ouvir essas coisas, não é?” (DUTRA, 2019, p. 1-2).

Sua recordação apresenta uma violência psicológica extrema a que estavam submetidos os trabalhadores, e apresenta o impacto apavorante disso “pra um cara que veio da roça”. Essas constantes pressões internas afetavam a saúde mental dos trabalhadores, e podem ser fator potencializador de acidentes de trabalho.¹⁸

O sr. Adenival (2019) lembra de um acidente que presenciou e relata uma ação adotada pelos guardas de segurança que corrobora com a hipótese levantada por Sessi, de que o corpo das vítimas de acidentes fatais eram igualmente levados ao hospital como uma forma do óbito não ser registrado como tendo ocorrido dentro do canteiro de obras, o que, inclusive, dificultava nos trâmites de indenização da família do trabalhador (SESSI, 2015, p. 224-225):

“Lá na Itapu quando se morria uma pessoa os guardas já estavam preparando para jogar um pano em cima e não deixava nem a pessoa ver quem que era, não é? E nunca dizia que morreu, sempre levava para o hospital, não é? Pegava o cara morto, com os miolos esbagaçados e levava ele. O segurança da Itaipu era preparado para não dizer, da obra, para dizer que: ‘ah fulano morreu’ ‘fulano não morreu, fulano vai para o hospital’” (DUTRA, 2019, p. 18).

O sr. David também demonstra a dubiedade por parte dos guardas de segurança ao dar informações sobre acidentes fatais e demonstra ter desenvolvido um senso prático para lidar com os acidentes de trabalho. Quando perguntado se já havia presenciado algum acidente de trabalho no canteiro de obras ele diz:

“[silêncio] Muito pouco. Inclusive se você perguntasse no outro dia, o que dizia era o seguinte ‘já pegou alta e tá beleza’ [...] ‘pegou alta’ [O

18 Sobre esse tema, ver: (SESSI, 2015, p. 204)

entrevistado acompanhou essa expressão apontando com o dedo indicador para cima, indicando a ironia, de que na verdade o acidentado havia morrido] [riso]. Então não se comentava muito. Viu? Viu. Não viu? Pronto. Agora, na razão de ter uma quantidade dessa imensa de funcionários, eu posso dizer que nem tinha acidente, pela quantidade de funcionários e a quantidade de fiscais, técnicos de segurança” (REZES, 2019, p. 9).

Outra interpretação possível é que, independente do número, essas mortes geravam grande impacto nos trabalhadores. Pois como assinalou Portelli (1996, p. 8), no plano das experiências vividas os dados estatísticos podem informar menos do que a subjetividade, isso quer dizer que não é necessariamente o número de acidentes de trabalho fatais o que habitava o imaginário dos trabalhadores, mas sim viver subjetivamente a possibilidade latente de ser ele o acidentado. No entanto, essa questão ainda não está encerrada, explicar o que torna esse polêmica em torno da quantidade de mortes tão persistente ainda constitui uma questão para novos estudos sobre as memórias em torno de Itaipu.

3.3. TRABALHO REPRODUTIVO, TRABALHO NÃO-PAGO.

Para Paul Thompson o uso de memórias como fonte de pesquisa além de fornecer um dado subjetivo, que indica a consciência individual e coletiva, pode também proporcionar informação significativa e por vezes, a única sobre o passado (THOMPSON, 1998, p. 195). Nesse sentido, a partir das memórias da sra. Lourdes podemos obter alguma informação da realidade de dezenas de milhares de mulheres que ficaram de fora das representações dos canais institucionais da Itaipu, e do SITRA.

Desde as reivindicações das chamadas *welfare mothers* nos Estados Unidos na década de 1960, o trabalho doméstico vem sendo problematizado teórica e politicamente. Silvia Federici situa a centralidade do trabalho doméstico no capitalismo ao demonstrar que é ele que produz a mercadoria mais preciosa no mercado capitalista: a força de trabalho. Portanto, por trás de cada trabalhador na fábrica, obra ou escritório, e de cada criança, futuros trabalhadores, se encontra oculto o trabalho de milhões de mulheres (FEDERICI, 2013, p. 55). Isso quer dizer que a esfera privada, onde o trabalho doméstico se realiza, é parte integrante e fundamental do modo de produção capitalista. Portanto, as mulheres que, assim como a sra. Lourdes, eram casadas com trabalhadores de Itaipu e realizavam o

trabalho doméstico, contribuíram para a produtividade no canteiro de obras, podem ser consideradas também trabalhadoras de Itaipu. Com isso, pretendemos demonstrar que essas mulheres ocupam uma função específica na divisão capitalista do trabalho (IDEM, p. 58).

Logo que foi contratado para ser motorista da Itaipu, o sr. Valério, esposo da sra. Lourdes, ficou alguns meses no alojamento da Itaipu do lado do Paraguai. Nesse período os trabalhos de preparar alimentação, lavar roupas, limpar o alojamento, promover entretenimento eram todos de responsabilidade da Itaipu. Quando o sr. Valério saiu do alojamento e conseguiu alugar uma casa, a sra. Lourdes foi para Foz com seus dois filhos, e o gasto que antes a Itaipu tinha com o sr. Valério no alojamento foi transferido para o trabalho não pago da sra. Lourdes. Essa reflexão aponta para uma constatação óbvia: Criar e manter uma infraestrutura que inclui alimentação, alojamento, entretenimento para os trabalhadores é mais caro do que fornecer uma infraestrutura mais básica nas vilas residenciais, onde a manutenção e os trabalhos necessários para a reposição da força de trabalho do contratado serão realizados de graça pela mulher, nesse sentido, a família nuclear tradicional é extremamente produtiva do ponto de vista das empreiteiras (FEDERICI, 2013, p. 62), que era justamente aquela família incentivada pelo empresariado nacional daquele período que vimos quando tratamos do Concurso Operário Padrão no capítulo dois.¹⁹

A sra. Lourdes evoca o cotidiano de cuidado dos filhos e o trabalho doméstico relembrando que acordava antes do seu esposo: “Fazia o café. Ele saía. Aí já tirava os filhos da cama, não é? Que eu sempre fazia eles levantarem cedo, e tomava o café e já ‘punhava’ eles para brincar pra fora. E eu ia fazer o serviço” (L. MEDINA, 2019, p. 14). Ela conta que depois de preparar café da manhã de toda a família ela lavaria a louça da noite anterior, pois se lavasse durante a noite atrapalharia o descanso do sr. Valério: “[...] quando ele chegava a noite eu não gostava de lavar louça porque ele queria descansar, e barulho, não é? Já tinha barulho” (Idem). São

19 A configuração da divisão sexual do trabalho naquele contexto seguia o paradigma do modelo fordista-keynesiano, uma relação compromisso entre trabalho e capital. A partir da reestruturação produtiva nos anos 70-80, o modelo neoliberal impõe novas configurações na divisão sexual do trabalho. Sobre o tema ver: (HIRATA, KERGOAT, 2007).

duas tarefas, portanto, lavar a louça e se preocupar com a reposição das energias do seu esposo.

Uma prática comum entre as famílias trabalhadoras de Foz do Iguaçu durante a construção era hospedar parentes e amigos que buscavam emprego na barragem. A sra. Lourdes e o sr. Valério relembram que hospedaram muitos amigos e parentes:

“sr. Valério: Era tudo amigo meu que era casado e deixou a família lá, e aí vieram para ficar aqui. Porque eu era bom, sabe? Eu trabalhava direitinho, eu me dava bem com a chefia. Daí eu falava com eles para ficar. Aí eles falavam: ‘Manda ele vir’.

sra. Lourdes: Manda eles vir, manda eles vir e assim foi sempre” (L. MEDINA, e V. MEDINA, 2019, p. 9)

Essa relação de solidariedade esteve muito presente na trajetória do casal, e também está presente na entrevista de Manarin com João Honório Neto (2008, p. 35-36), onde o sr. João conta que recebeu hospedagem e apoio financeiro de sua irmã e seu cunhado. Esses trabalhadores migravam sabendo que poderiam contar com a hospedagem em Foz do Iguaçu. A sra. Lourdes narra que teve um período em que hospedaram duas pessoas ao mesmo tempo, e as crianças tinham de dormir junto com os pais. Ela conta que embora o trabalho aumentasse, ela não podia contar sequer com ajuda: “[...] porque quem cuidava da casa era sempre só eu. Nunca tinha ajuda assim de... Porque eles trabalhavam, sempre eles saíam. Era uma de dia e outra semana à noite” (L. MEDINA, 2019, p. 9), portanto, o que havia era um incremento do trabalho doméstico. Novamente buscando respeitar o descanso dos homens, a sra. Lourdes procurava fazer seus serviços durante o turno de trabalho na obra:

“Aí a semana que eles dormiam de dia em casa, de dia o serviço que eu tinha que fazer, eu tinha feito quase tudo... Assim, não tinha para fazer barulho, essas coisas. E os meninos também eram... Brincavam para fora. ‘Não faz barulho, que eles estão dormindo’” (L. MEDINA, 2019, p. 10).

Nesta lembrança, a sra. Lourdes expressa como, sozinha, o seu trabalho foi garantidor de três trabalhadores ativos no canteiro de obras. E esta é só uma lembrança de uma prática que, segundo ela, era comum. Estamos diante, talvez, da oportunidade de uma nova abordagem sobre a construção de Itaipu, que não somente incorpora mulheres na história da construção da hidrelétrica como a sra.

Lourdes, mas que reivindica a centralidade do trabalho reprodutivo no sistema de produção capitalista, e que ao mesmo tempo desnaturaliza a divisão sexual do trabalho, tanto em seu princípio de separação das práticas sociais (“trabalho de homem” e “trabalho de mulher”), quanto em seu princípio de hierarquização desses papéis (“trabalho de homem” “vale mais” que “trabalho de mulher”), permitindo assim apontar uma crítica aos papéis sociais sexuados, e a própria divisão sexual do trabalho.

3.4. SOCIABILIDADES ENTRE TRABALHADORES BRASILEIROS E PARAGUAIOS.

Quem já teve a oportunidade de fazer uma visita à hidrelétrica deve ter assistido a um vídeo institucional que sintetiza a sua história. No vídeo, as relações entre brasileiros e paraguaios são representadas conforme o discurso de que o empreendimento é fruto da união fraterna entre dois povos irmãos que, como vimos, está presente desde a “Ata das Cataratas” (1966). No entanto, o que aparece repetidamente nas memórias dos trabalhadores brasileiros são as dificuldades no relacionamento com os colegas paraguaios.²⁰

O sr. Marcelo, quando indagado sobre a comunicação com os paraguaios do seu setor, diz que: “[...] era meio complicado viu? Os paraguaios [riso] são muito ‘nó-cego’, sabe?” (IGUASSU, 2019, p. 6), ele explica que quando pedia para algum colega do setor fazer alguma coisa, este respondia: “‘não entendo, shirá’, ‘não entendo’, mas se você falava ‘vamos almoçar?’ era o primeiro que saía [riso]. Então os cara são meio... Mas a gente levava numa boa sabe?” (IGUASSU, 2019, p. 6). Embora o sr. Marcelo diga que “levava numa boa”, é difícil imaginar que estas práticas ocorriam sem que houvesse maiores conflitos. O sr. David explica que: “[...] entre o peão era muito difícil dizer que acontecia isso, porque o paraguaio é muito tranquilo” (REZES, 2019, p. 10), e emenda uma anedota para reforçar o seu ponto:

“Por exemplo, se você como chefe chegar no paraguaio, três horas da tarde e dizer assim: ‘tem que fazer isso aqui na fumaça, tem que ser rápido’, ele vai falar assim ó: ‘E porque não deixa para amanhã? Amanhã faz tranquilo’, então eles são tranquilos, então pra você botar eles fora do sério não consegue, é difícil” (REZES, 2019, p. 10).

20 Cabe perguntar o que os trabalhadores paraguaios pensavam de seus colegas brasileiros.

Não obstante, continua presente na narrativa do sr. David uma suposta diferença na conduta de trabalho entre brasileiros e paraguaios. Para o sr. David este movimento de integração foi positivo, pois “[...] Tinha uns brasileiros loucos lá, ele aprendeu a manear também. Agora, a verdade é que o brasileiro é mais doido pra trabalhar, trabalha muito mais rápido” (REZES, 2019, p. 10). Ele reforça que no seu setor não havia problemas entre brasileiros e paraguaios: “[...] É mais ou menos assim, cada um faz a sua parte e deixa ele. [...] Era muito tranquilo. Até porque a tradição deles é não trabalhar muito né? Eles já tem uma descendência de... Meio quase igual índio, né? Devagarinho, tranquilo” (REZES, 2019, p. 10). Mas ele diz que esses conflitos estavam presentes em outros setores:

“É... eu to falando do meu setor, não é? Então aí tinha uma amizade muito boa, tanto fosse paraguaio como brasileiro, num existia conflito, a gente conversava, não é? Agora a gente sabia que tinha uns setores ali que se pegavam mesmo. Só que tinha um ‘porém’ ali: se na época você brigasse, que a Itaipu pegava, tinha até cadeião ali” (REZES, 2019, p. 11).

Sua rememoração traz um novo elemento capaz de explicar o porquê esses conflitos latentes supostamente não evoluíam em ocorrências mais sérias: a repressão por parte das agências de segurança. Isso pode explicar o fato de que nas memórias dos entrevistados as relações entre brasileiros e paraguaios apresentam o elemento conflitivo de forma pacificada.

O sr. Adenival conta que na comunicação entre brasileiros e paraguaios cada um tinha uma facilidade, mas critica os trabalhadores paraguaios que falavam em guarani, segunda língua oficial do Paraguai:

“[...] Então cada um tinha uma facilidade, mas quando eles fecharam no grupinho deles, era bastante difícil, não é? Quando eles falavam em guarani, que eu achava uma falta de respeito, que eles falavam em guarani para a gente não entender nada. Então a gente tinha alguma dificuldade nesses momentos, não é?” (DUTRA, 2019, p. 6)

Era comum entre os trabalhadores de Itaipu jogar futebol nos intervalos para o almoço. O sr. Adenival conta que em um desses momentos ele quebrou a clavícula de um trabalhador paraguaio: “Eu particularmente tive minhas dificuldades com eles, não é? Porque a gente jogava uma bolinha na hora do almoço, e um dia eu dei um tranco em um cara lá e quebrei a clavícula dele. Ele veio pra mim e quebrei a clavícula dele” (DUTRA, 2019, p. 6). O sr. Adenival recorda disso,

evidenciando a questão de não entender o guarani, e apresenta que, na sua visão os trabalhadores paraguaios também tinham rixa com os brasileiros: “Então, porque eles falavam em guarani para quebrar a gente também. Então, eu não entendia, mas se viesse eu não ia chegar fraco neles não” (IDEM). Talvez seja elucidativo o fato desta agressão ter ocorrido durante um jogo de futebol, onde as regras sociais do esporte podem ser utilizadas para burlar as regras sociais do canteiro de obras, isto é, a repressão das agências de segurança.

Nas falas dos trabalhadores entrevistados, alguns problemas com os paraguaios advinham da dificuldade de comunicação e em outros, os entrevistados apontam para uma suposta conduta de trabalho culturalmente distinta. Essas declarações podem ter como viés o preconceito dos brasileiros com os paraguaios e com as populações indígenas, mas, ainda assim, se o que essas memórias revelam são apenas percepções preconceituosas dos trabalhadores brasileiros, elas ainda são fissuras na Memória Dominante, apontando a contradição entre a percepção de que o canteiro de obras foi palco da integração harmônica entre dois povos, e a percepção que os entrevistados têm, ainda hoje, dos paraguaios.

3.5. IDENTIDADES: BARRAGEIRO E TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Ecléa Bosi em “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos” (1987), aborda a velhice enquanto uma categoria social e, portanto, com um estatuto contingente, ou seja, que varia de acordo com a sociedade e com o tempo. Para a autora, “[...] a sociedade industrial é maléfica para a velhice” (1987, p. 35), pois segundo ela, uma das consequências da divisão da sociedade em classes é a perda do sentimento de continuidade de nosso trabalho: “Destruirão amanhã o que construímos hoje” (BOSI, 1987, p. 35). Nesse sentido, podemos pensar que os ex-trabalhadores de Itaipu tem uma posição privilegiada em comparação com outros velhos trabalhadores, pois Itaipu se impõe como parte da paisagem da cidade, como marco da engenharia mundial, e como a maior hidrelétrica brasileira. Diferente do que planteia Simone de Beauvoir: “As árvores que o velho planta serão abatidas. [...] As coisas que ele realizou e que fizeram o sentido de sua vida são tão ameaçadas quanto ele mesmo” (BEAUVOIR, 1970, p. 402, *apud* BOSI, 1987, p. 35), Itaipu, a pedra que canta, pode ser também, devido a sua continuidade ao longo do tempo, a pedra angular da identidade dos trabalhadores.

A memória dominante busca retratar os trabalhadores de Itaipu enquanto uma categoria homogênea, os chamados barrageiros que, como vimos, acaba ocultando as diferentes origens e trajetórias dos trabalhadores. Ainda assim, essa representação é propagada desde o tempo da construção até hoje. A partir das entrevistas, buscamos identificar como essa memória dominante se relaciona com a forma que os entrevistados se autorrepresentam. Isso certamente está ligado à trajetória individual de cada entrevistado, mas também aos vínculos afetivos que os trabalhadores mantêm com grupos ou instituições ainda hoje.

Na entrevista realizada com o casal sra. Lourdes e sr. Valério, quando indagados sobre qual a opinião deles a respeito da figura do barrageiro, os dois rememoram a questão das condições de trabalho, o risco, e a extensão da jornada de trabalho. A sra. Lourdes logo diz: “Ah, eu acho eles uns guerreiros, porque era doze horas de serviço por...” (L. MEDINA, 2019, p. 17), e o sr. Valério complementa: “Doze horas, e tinha gente que trabalhava no pesado lá. [...] É negócio de furadeira de pedra, marreta, essas coisas. Era serviço pesado, não é? Não era fácil, não. E o cara trabalhava lá no buracão, que fala. Lá onde foi construída a Itaipu. Lá embaixo!” (IDEM). Surgem, portanto, elementos ambíguos: ao mesmo tempo em que caracterizam aspectos negativos da jornada de trabalho, os trabalhadores são retratados como “guerreiros”, em consonância com aquela noção de “estoicismo indisfarçável” que vimos ser publicada no Informativo Unicon. Embora sua função na Itaipu fosse de motorista, para o sr. Valério, ter trabalhado no canteiro de obras de Itaipu parece ser sinônimo de ser barrageiro, quando indagado se se identificava como sendo um barrageiro, ele diz prontamente: “Eu sou um barrageiro!”. O sr. Marcelo, em nossa entrevista, ponderou as desvantagens e vantagens da vida de um barrageiro. A desvantagem, em sua análise, são principalmente as constantes migrações: “Olha rapaz, barrageiro é uma vida meio sofrida, porque a pessoa trabalha bastante... Às vezes você tem que deixar a família em uma cidade para você ir para outra” (IGUASSU, 2019, p. 10). E a vantagem:

A vantagem é que você ganha muito mais. Eu quando trabalhava aqui fora, antes de eu ir para a obra, eu ganhava um salário-mínimo, eu fui pra obra, já de ajudante, já ganhando acima de três salários-mínimos. Quando eu cheguei a sub-encarregado eu ganhava em média de oito salários-mínimos (IGUASSU, 2019, p. 11).

O emprego na UNICON proporcionou à família do sr. Marcelo uma melhoria significativa na qualidade de vida, tanto pelo salário quanto pela infraestrutura da Itaipu. Isso certamente é importante na sua interpretação: “Então o barrageiro você entra em uma barragem e não tem vontade de sair mais, você vai sair dali e você vai procurar outra barragem porque... É bom, acaba sendo bom o troco, não é?” (IGUASSU, 2019, p. 11). O sr. Marcelo entende que os trabalhadores de Itaipu eram barrageiros, no entanto, ao analisar a sua própria trajetória, ele não pode aceitar essa categorização, ele não se identifica como sendo um barrageiro, pois para ele os barrageiros se mudam para onde quer que sejam chamados, enquanto ele saiu de Goioerê e veio para Foz do Iguaçu:

“Não, eu não me considero barrageiro porque eu trabalhei só em uma barragem, entrei no começo fiquei até o fim e não fui atrás de outras, não é? Mas conheci muitos barrageiros de trinta anos de barragem, trinta e cinco anos de barragem, pessoa que já era aposentada e continuava trabalhando.” (IGUASSU, 2019, p. 11).

O sr. David, que trabalhou como carpinteiro durante a obra, e se aposentou como funcionário do Ecomuseu da Itaipu, quando indagado sobre o que é ser barrageiro demonstra seu orgulho em ter participado da construção de Itaipu e se sente honrado em ser um barrageiro:

“[...] Mas eu acho que é satisfatório. Pô, eu sou barrageiro. Tu acredita que quando eu passo lá embaixo eu vejo a qual... O material que eu coloquei ali pra sair o concreto que hoje tá o concreto, eu me emociono, eu me emociono porque eu vejo e digo ‘ó, ali naquele canto fui eu que coloquei o painel, fui eu que fiz o painel’. Então, eu, como barrageiro, eu me sinto honrado em ser um barrageiro. Eu fui um barrageiro. Então é uma obra assim, misteriosa, é uma obra grandésima, e foi tocada por funcionários, por peão, por barrageiro” (REZES, 2019, p. 14-15).

Ele explica que o seu orgulho está ligado a um sentimento de gratidão que ele nutre pela empresa, pois foi através da sua estabilidade no emprego que conseguiu estruturar sua vida na cidade e se aposentar:

“Ah eu me sinto orgulhoso de ser barrageiro, até porque onde você ganha teu pão com teu próprio suor tem que ser um lugar abençoado. Eu sinto que ali foi um lugar abençoado pra mim. Criei meus filhos, tenho

quatro filhos, tudo já casado, a menina noiva. E tudo eu adquiri dali. Eu vim sem nada, e ali eu adquiri família, eu casei aqui em Foz, e tudo, tudo que eu tenho foi ganhado dali de dentro” (REZES, 2019, p. 14-15).

Bem diferente é o entendimento do sr. Adenival, que foi fundador do SITRACOCIFOZ e da seção do Partido dos Trabalhadores em Foz do Iguaçu. Em sua fala, ele discorda que os chamados barrageiros tivessem ótimos salários, porque eles “trabalhavam muito”, mas de acordo com ele, como nem todos trabalhadores tiveram seu direito a educação assegurado e “essas barragens foram construídas nessa época de linha-dura”, os trabalhadores eram convencidos de que ganhavam o justo:

“Na verdade essas barragens foram construídas nessa época de linha-dura, digamos assim, não é? Então a maioria delas foi construída nesse período. E onde tem esse pessoal eles são linha-dura para trabalhar, então eles tem uma facilidade muito grande de fazer a cabeça dos trabalhadores. Porque a maioria dos trabalhadores, de barrageiros, são pessoas com pouca cultura. Com pouco nível de ensino cultural. Então é mais fácil fazer a cabeça deles para poder fazer eles acharem que ganhar bem é trabalhar muito. Então por exemplo, nessa barragem aí conheço pessoas que iam na sexta-feira e voltavam no sábado, domingo de tarde. Fazia 36 horas” (DUTRA, 2019, p. 15).

É marcante na sua interpretação que os “bons salários” advinham das horas-extra, eram, portanto, resultado do aumento da extensão da jornada de trabalho. Em sua visão, o aumento dos salários geravam também o aumento do consumo dos trabalhadores, gerando mais gastos. Também está presente em suas recordações a questão da prostituição, que cresceu muito em Foz do Iguaçu durante as obras. Mas ele diz que a prática de fazer muitas horas-extras também era comum entre os trabalhadores que buscavam poupar dinheiro:

“Eles achavam bom porque logo podia comprar um carro, comprar moto, e etc. etc.. Então festar, não é? Porque na verdade o dinheiro é tão amaldiçoado que quanto mais fácil você ganha, mais fácil você gasta ele, não é? Então naquela época era mais ou menos assim, naquele tempo, no tempo de Itaipu, essas obras, é... Existia muita prostituição, não é? Ao ar livre, digamos assim, não é? Então o pessoal gastava sem limite. E então achava que tinha que fazer muitas horas-extra, outros também faziam o dinheiro para guardar, mas trabalhava, por exemplo tenho pessoas próximas da minha família que iam na sexta-feira e voltavam no domingo. E daí quando era segunda-feira cedo ia de novo” (DUTRA, 2019, p. 15).

O sr. Adenival entende que essa prática atrapalha o convívio familiar do trabalhador e afeta a sua saúde, pois como ele diz “não existe ninguém de ferro” (DUTRA, 2019, p. 16). Ele reflete ainda sobre a diferença salarial entre os trabalhadores da construção civil e os profissionais ditos de “alto nível”: “ganhar bem é que nem os profissionais de alto nível que trabalham pouco e ganham bem” (IDEM).

Quando perguntado se o sr. Adenival se identificava como um barrageiro ele responde:

“Não, eu não sou. Eu sou contra a forma de barrageiro, da vivência de barrageiros, já trabalhei lá no canteiro de obras e tudo, mas eu não me considero barrageiro não. Eu sou um cara mais estável, não sou de... Não sou barrageiro, porque barrageiro é um cara... Vai migrando de uma cidade para outra, não pode ver carta de que tem uma barragem que ele ta correndo atrás” (DUTRA, 2019, p. 15).

Sua concepção do termo barrageiro também está associada a característica migratória desses trabalhadores, portanto, ele não se identifica com a categoria. Ele explica que os “profissionais de barragem”, principalmente os da construção civil, são vistos como força de trabalho pouco qualificada, mas ele não concorda com essa percepção. Para ele, vários serviços da construção civil exigem especialistas, como os serviços de acabamento. Além disso, ele refuta uma separação entre trabalho manual e intelectual, pois seu trabalho exige controle emocional, domínio técnico e raciocínio. Assim, ele demonstra que existem várias especialidades e funções dentro da área da construção civil em contraposição com o genérico “barrageiro”:

“Porque a construção civil, embora muita gente não concorde com isso, mas eu acho que na construção civil tem especialistas, porque um cara que faz acabamento, um cara que faz azulejo, cerâmica, e faz vários serviços... Ele é uma mão de obra qualificada, embora a turma fala assim: ‘não, na construção civil qualquer um trabalha’, não, não é qualquer um. Quem trabalha são as pessoas que tem alguma coragem e raciocínio, e alguma inteligência também, porque fazer uma casa não é simplesmente para um estúpido fazer. O cara tem que saber, tem que ter um grau de conhecimento da função dele, não é? Então eu não me considero um barrageiro não, eu me considero mais um trabalhador da construção civil” (DUTRA, 2019, p. 16)

A percepção do sr. Adenival sobre seu trabalho certamente está guiada também por sua experiência política no sindicato e no partido. Talvez por isso ele

faça referência a sua categoria de trabalho: “trabalhador da construção civil” como uma identidade vinculante ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil de Foz do Iguaçu em destacada contradição com o uso do termo “barrageiro”.

Como é possível observar, cada um dos entrevistados têm uma percepção diferente sobre o que é ser barrageiro. Alguns elementos da Memória Dominante são incorporados, mas somente quando fazem sentido para a organização da narrativa da trajetória dos trabalhadores, enquanto em outros momentos, elementos da Memória Dominante são ressignificados e se distanciam da definição original. É especialmente interessante a não-identificação do sr. Marcelo com os barrageiros, mesmo trabalhando 13 anos na UNICON. Por outro lado, temos o sr. David, que se identifica orgulhosamente como um barrageiro, e, como já vimos, tem muita gratidão pelo emprego e aposentadoria conseguidos na Itaipu. Mas o sr. David ressignifica o “barrageiro” a partir do próprio universo dos trabalhadores e das suas experiências pessoais. Na sua visão, o barrageiro é um artista:

“É, eu costumo sempre dizer que o peão, o funcionário, o barrageiro, ele não é só barrageiro. Barrageiro não é só peão. Ele é um artista. Tem uma das cenas que eu costumo contar que o peão tava dormindo de ‘coque’, desse jeito assim, no pé de um pilar. E ninguém acordou ele, e chegou o chefe dele — olha como o cara é artista mesmo — bateu no capacete dele: ‘ACORDA PEÃO, ACORDA PEÃO’, ele fez assim [fazendo um gesto para que o chefe aguardasse], voltou de novo, fez o sinal da cruz, levantou [risos], aí ele foi, como a gente dizia lá, ‘comer o rabo do chefe’, falou: ‘eu acho que o senhor deve ser maçônico, não crê em Deus, porque será que eu não posso ficar agradecendo Deus por mais um dia que eu to aqui?’, ‘não, calma rapaz’, ‘não, o senhor tem que me escutar, o senhor achou que eu tava dormindo’ [risos]” (REZES, 2019, p. 16).

Sua narrativa nos apresenta uma situação em que o personagem da história subverte a hierarquia fabril. O barrageiro do sr. David, ao contrário daquele apresentado pela Memória Dominante, não se submete com “estoicismo indisfarçável” ao trabalho estafante e o regime opressivo, ele é dotado de criatividade, sagacidade e humor, enfim, de humanidade, características que são instrumentalizadas para conseguir um pequeno intervalo de descanso e se contrapor ao chefe. É na sua subjetividade que está a raiz da resistência. A percepção desse “lado artístico” do barrageiro, de certo, é influenciada pelo tempo em que trabalhou no Ecomuseu, mas o que o sr. David revela com isso é a forma

que ele encontrou de se adaptar aquele ambiente, e por suposto, de lidar com as memórias daquele tempo e lugar:

“[...] o peão tem um lado artístico mesmo, ele faz coisas que você duvida. [...] Ele faz uma emenda e sai em crítica já. Porque se ele for levar tudo a sério, por exemplo, imagina ver um amigo teu morrer espatifado que caiu lá de cima. E você... não, a vida continua, vamo!. Então eu tenho a agradecer: uma que eu nunca me acidentei, graças a Deus, e outra que eu vivi esse lado artístico também. As vezes sacanagem, os peão, as vezes era comigo também” (REZES, 2019, p. 16).

A representação do barrageiro, portanto, sofre constantes operações nas memórias individuais dos trabalhadores. A identidade dessas pessoas tem no tempo em que trabalharam em Itaipu uma importante referência, seja incorporando elementos da Memória Dominante, reinterpretando-os ou negando-os. Esperamos ter demonstrado algumas possibilidades do uso de memórias das pessoas que viveram nesse período para a abordagem de temas relevantes para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora da região. O esforço de buscar memórias da construção de Itaipu se torna mais urgente a cada dia, em razão de que o passar do tempo tende a tornar o procedimento cada vez mais difícil, seja na medida em que o avançar da idade possa comprometer a possibilidade desses indivíduos em apresentar suas memórias, seja pelo aumento da probabilidade de morte. Ouçamos o conselho da sra. Ecléa Bosi:

“Todas as histórias contadas pelo narrador inscrevem-se dentro da *sua história*, a de seu nascimento, vida e morte. E a morte sela suas histórias com o selo do perdurável. As histórias dos lábios que já não podem recontá-las tornam-se exemplares. E, como reza a fábula, se ainda não estão mortos, é porque vivem ainda hoje” (BOSI, 1987, p. 47).

CONCLUSÃO.

A atribuição de sentidos por parte do estado brasileiro se fez presente desde a escolha pelo projeto de hidrelétrica binacional, que projetaria a liderança regional do Brasil e a promessa do desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo e seguindo a mesma diretriz da história oficial, os administradores da obra buscaram representar o avanço das etapas da construção como prova de eficiência. As conclusões das fases da construção da Usina foram transformadas em marcos na história institucional de Itaipu. Os términos de etapas eram espetacularizados com cerimônias solenes que contavam com a presença dos presidentes dos dois países, e recebem hoje um olhar retrospectivo da memória institucional como “eventos fundadores”. Os trabalhadores foram integrados a esses marcos, ocultando as contradições presentes no canteiro de obras, tanto as vinculadas à identidade nacional entre brasileiros e paraguaios, quanto ao antagonismo de classe.

Contudo, a eficiência e produtividade tão caras para os administradores de Itaipu só era possível a custa de uma migração extensiva que não só desestruturou as relações e modo de vida dos antigos moradores, como também os arrebatou em uma onda de especulação imobiliária, urbanização desordenada, aumento da competitividade no mercado do trabalho e a conseqüente diminuição dos salários. Nesse sentido, se para Sessi o “Povo do Abismo” eram os “[...] trabalhadores da usina de Itaipu que passavam a maior parte do tempo dentro de galerias frias e úmidas, abertas por enormes explosões” (SESSI, 2015, p 192), o abismo era maior ainda para aqueles que não conseguiam se empregar na barragem. Só isso explica, o porquê de com todas as pressões, ameaças e violências por parte dos guardas de segurança, os trabalhadores ainda assim buscavam se manter empregados. O emprego na barragem de Itaipu tinha duas faces. Em uma delas estava a aparente estabilidade financeira, o acesso à infraestrutura construída (alojamento, vilas habitacionais, hospital, escola, etc.), os “privilégios”; Na outra estava o “facão de ferro”, isto é, uma dinâmica de contratações e demissões própria que, na prática, gerava contratos de emprego temporário.

Por meio da publicação de periódicos, os administradores da obra atuaram em dois processos: no disciplinamento dos trabalhadores; e na construção da história institucional. A divulgação do perfil do operário valorizado se traduzia nas

“regras do jogo” que o trabalhador deveria seguir para se manter empregado. As representações contidas nesses periódicos atuavam também no sentido de construir a história institucional, que integra os trabalhadores aos marcos da obra da hidrelétrica e associa os interesses dos trabalhadores aos interesses da administração homogeneizando-os com arquétipo do barrageiro. Na segunda metade da década de 1980 identificamos uma matriz de interpretação da realidade dos trabalhadores organizada no sindicato, que se baseava na condição de classe como elemento agregador do grupo e antagônico com os patrões e que se contrapôs às representações institucionais a partir das greves realizadas em janeiro e setembro de 1987. Ficou evidente que, apesar da tentativa de descentração dos militares na história institucional apontada por Manarin (2008), na prática a Itaipu continuava a adotar medidas totalitárias para desestabilizar a organização dos trabalhadores. Apesar de ter alcançado certa repercussão na época, as representações do SITRA não tinham veículos capazes de fazer frente aos aparelhos institucionais dos administradores da obra. O que resulta na atual dominância da Itaipu sobre as memórias da construção.

Buscamos, portanto, analisar de que forma se articula a memória dominante com as memórias individuais dos trabalhadores. E percebemos a complexidade dessa relação. As memórias dos trabalhadores nos permitiu acesso a forma como as pessoas interpretavam a realidade dos acidentes fatais no canteiro de obras, mesmo essa informação estando de fora do enquadramento da memória dominante ela foi preservada nas reminiscências dos trabalhadores contra o esquecimento deliberado; Em certos momentos as memórias individuais incorporam alguns elementos da memória dominante, mas só quando isso é conveniente à construção da narrativa; Em outros momentos apresentam lacunas na memória dominante, ao evocar reminiscências que sequer foram enquadradas como parte da história da construção da hidrelétrica, como é o caso do trabalho doméstico; As fontes orais também mostram as fissuras da memória dominante, como é o caso da evidente conflitividade entre brasileiros e paraguaios; E apontam para a diversidade na forma que os trabalhadores se autorrepresentam, negando e ressignificando a figura do barrageiro.

FONTES E REFERÊNCIAS.

1) JORNAIS E PERIÓDICOS.

Informativo Unicon, nº 1, 04/02/1978. Informativo Unicon, nº 15, 30/09/1978. Informativo Unicon, nº 16, 18/10/1978. Informativo Unicon, nº 50, 18/06/1980. Informativo Unicon, nº 51, 02/07/1980. Informativo Unicon, nº 52, 16/07/1980. Informativo Unicon, nº 79, 18/09/1981. Informativo Unicon, nº 94, 09/10/1982. Jornal Nosso Tempo, edição 02/10/1987.

2) ANAIS.

Assembleia Nacional Constituinte. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, DF, 29/09/1987.

Assembleia legislativa do Paraná. Anais da ALEP. Curitiba, PR, 28/09/1987-01/10/1987.

3) ENTREVISTAS.

DUTRA, Adenival do Carmo. Entrevista concedida à Eduardo Gonçalves Ueda. Foz do Iguaçu, 05/05/2019.

MEDINA, Lourdes. MEDINA, Valério. Entrevista concedida à Eduardo Gonçalves Ueda. Foz do Iguaçu, 06/05/2019.

IGUASSU, Marcelo do. Entrevista concedida à Eduardo Gonçalves Ueda. Foz do Iguaçu, 12/04/2019.

REZES, David Moras. Entrevista concedida à Eduardo Gonçalves Ueda. Foz do Iguaçu, 05/04/2019.

_____ 12/04/2019

4) LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS.

BOSI, Ecléa. "Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos" 2ª ed. T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CAMPOS, Daniela de. "Operário Padrão: O Modelo de Trabalhador Segundo os Empresários Industriais Durante a Ditadura Militar Brasileira". In: Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 2, jul./dez. 2018.

- CATTÁ, Luís Eduardo. “O cotidiano de uma fronteira. A perversidade da modernidade” Dissertação – UFSC, Florianópolis, 1994.
- FEDERICI, Silvia. “Revolución en punto cero: Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas”. Traficantes de sueños, Madrid, 2013.
- FILHA, Elza Aparecida de Oliveira. “Informativo Unicon: O desafio de um jornal empresarial no canteiro de obras da Itaipu”. In: Revista Dito Efeito , Curitiba, v. 8, n. 13, p. 1-16, jul./dez. 2017.
- GONZALES, Emilio. “Memórias que narram a cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu”. Dissertação – PUC, São Paulo, SP, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. “A Memória Coletiva”. Edições Vértice — São Paulo, SP, 1990.
- HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. “Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho”. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007
- ITAIPU. “Atos Oficiais da Itaipu Binacional”. Curitiba, PR, Itaipu Binacional, 2005.
- LADOSKY, Mário Henrique. OLIVEIRA, Roberto Vêras de. “O ‘novo sindicalismo’ pela ótica dos estudos do trabalho”. In: Revista Mundos do Trabalho, vol 6, nº 11, jan-jun, p. 147-170, 2014.
- MANARIN, Odirlei. “Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu - 1975 a 1991.” Dissertação (mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR, 2008.
- MARX, Karl. “O Capital, Livro 1”. 2ª ed. Boitempo Editorial, 2011.
- MAZAROLLO, Juvêncio. “A Taipa da Injustiça”. Edições Loyola, São Paulo, SP, 2003.
- PINTO, Tão Gomes. “Itaipu: Integração em concreto ou uma pedra no caminho”. 1ª ed. Amarilys Editora, 2009.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- _____. “Memória e Identidade Social”. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro,

vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos: Narração e Interpretação nas memórias e nas fontes orais". In: Revista Tempo, vol. 1, nº 2, p. 59-72, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. "Itaipu, a Dança das Águas: Histórias e Memórias de 1966 a 1984". Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

_____. "Memórias do Concreto, Vozes na Construção de Itaipu". Originalmente publicado como Dissertação. Edunioeste, Cascavel, PR, 2002.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Celia e TELLES, Vera. "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". Revista Brasileira de História, nº6, 1983.

SAVAGE, Mike. "Classe e História do Trabalho". In: BATALHA, et al. "Culturas de Classe".

p. 25-48 - Editora da UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

SESSI, Valdir. "O Povo do Abismo: Trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1987)" Dissertação – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR, 2015.

SILVA, Micael Alvino da. "Breve história de Foz do Iguaçu" – Editora Epígrafe, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

SOUZA, Aparecida Darc de. "Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: Um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)". Tese de Doutorado - USP, São Paulo, SP, 2009.

THOMPSON, Paul. "A Voz do Passado". 2ª ed. Editora Paz e Terra – Rio de Janeiro, RJ, 1992.